

DE OLHO ABERTO

A régua subiu, mas
falta dar velocidade e
escala à transparência

Amazônia

Alta exposição joga luz
nas caixas-pretas da região

José Eli da Veiga

Empresas devem prestar muita
atenção às vozes da juventude

Cultura e democracia

Campo ambiental saiu na frente
graças à mobilização social



GRI

GRI: um catalisador para a transparência e sustentabilidade

As Normas GRI para relato de sustentabilidade são as mais usadas e confiáveis no mundo. Essas Normas auxiliam muitas empresas no Brasil e no mundo a assumir a responsabilidade de seus impactos.

Para melhor apoiar a nossa missão, a GRI acabou de divulgar sua nova marca, mais moderna e ousada em conjunto com um novo website atualizado e alinhado às necessidades de todos os nossos usuários e stakeholders.

Acesse www.globalreporting.org agora mesmo para saber mais – e baixe gratuitamente as Normas GRI em Português.

JUNTOS PODEMOS GARANTIR UM FUTURO JUSTO E SUSTENTÁVEL PARA TODOS

Próximo desafio: escala e velocidade

Em maio de 2008, a PÁGINA22 publicou uma edição explicando por que era tão importante o mercado financeiro se integrar ao debate da sustentabilidade. Doze anos depois, é gratificante noticiar que, antes tarde do que nunca, as finanças não só embarcaram no tema, como estão puxando a régua para cima, ao precificar o risco das más práticas ambientais, sociais e de governança. As boas notícias, entretanto, dependerão da escala e da celeridade dessas mudanças.

A sustentabilidade, que requer uma abordagem sistêmica, está aprisionada a um debate polarizado que adiciona dificuldades. No Brasil, assim como em diversos países do mundo, governos de orientação retrógrada agem como um freio de mão, enquanto empresas que dependem de inserção internacional precisam desvincular sua imagem da agenda autoritária. Como diz Valdemar de Oliveira Neto, o Maneto, na reportagem de capa desta edição, a melhor forma de fazer isso é com mais transparência na gestão e uma agenda ambiental forte.

A Amazônia, fronteira de grandes disputas, é um exemplo dessas agendas conflitantes. A clareza dos dados territoriais sobre ocupação e uso do solo propiciada pelas imagens de satélite contrasta com obscuras transações em meio a mentiras e meias-verdades. A região é marcada por um contexto de violência e ilegalidade: grilagem de terras, conflitos fundiários, tráfico de drogas, animais e pessoas, desmatamento. Mas a crescente exposição global da maior floresta tropical do mundo joga holofotes na escuridão da floresta e pode, gradativamente, abrir as caixas-pretas de atividades como agropecuária, garimpo, exploração de madeira e mineração.

Mais uma vez, o engajamento dos diversos atores da sociedade será fundamental para vencer esses desafios e romper com a cultura patrimonialista e pouco transparente que historicamente caracteriza a sociedade brasileira. Embora o atual governo brasileiro esteja fora desse debate, a sociedade civil e a empresarial estão mais dentro do que nunca e continuam pautando grande parte desse movimento, na avaliação de Roberto Silva Waack, integrante da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia.

Na *Entrevista*, o professor José Eli da Veiga, da USP, enfatiza os movimentos puxados pelos jovens, que poderão influenciar de forma poderosa e positiva o andamento dessa agenda. E recomenda que as empresas prestem muita atenção na mudança de comportamento e de valores que vem por aí.

Boa leitura!

22

Página

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle

EDIÇÃO DE ARTE José Roosevelt Junior
www.mediaacts.com

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA Flavia Sakai
REVISÃO Carolina Machado
PRODUÇÃO Jorge Novais Telles

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Andrea Vialli, Diego Viana, Magali Cabral,
Sérgio Adeodato e Bruno Kelly

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

FOTOGRAFIA DA CAPA
André Pessoa
[Acesse aqui](#) para conhecer a história desta fotografia, que envolve uma descoberta geológica na Serra da Capivara

CONSELHO EDITORIAL
Ana Luiza Aranha, Gláucia Terreo, Daniela Lerda, José Eli da Veiga, Juliana Lopes, Marco van der Ree, Malu Paiva, Natalie Assis, Paulo Moutinho, Roberto Silva Waack, Vânia Bueno

PARCERIAS EM PROJETOS ESPECIAIS
Para informações, escreva para contato@pagina22.com.br

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22.

www.pagina22.com.br
www.p22on.com.br

APOIAM ESTA EDIÇÃO:



A REVISTA PÁGINA22 ADEIRIU À LICENÇA
CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE
A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO
IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES À PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



CAPA

Para além da polarização

O Brasil segue aprisionado a um debate binário. Mas a esperança é que as recentes manifestações advindas do *mainstream* econômico e financeiro internacional sejam capazes de forçar um outro patamar de transparência

- 6 Entrevista** Para o professor José Eli da Veiga, o movimento da jovem ativista ambiental sueca Greta Thunberg, o Fridays for Future, terá muito mais peso do que diversos políticos estão imaginando, simpáticos ou não à causa. Segundo ele, as empresas também precisam prestar muita atenção na mudança de comportamento e de valores da juventude
- 20 Cultura** Instaurar uma cultura da transparência no Brasil é um longo processo, em estreita relação com o avanço da democracia, o combate à corrupção e a superação da "tradição patrimonialista". O campo ambiental chama atenção por ter obtido avanços antes mesmo da Constituição de 1988 – e isso tem muito a ver com a mobilização da sociedade civil
- 26 Amazônia** A riqueza natural convive com a desigualdade social e o submundo da violência e da ilegalidade: grilagem de terras, conflitos fundiários, tráfico de drogas, animais e pessoas, desmatamento. Mas a crescente exposição global da Amazônia, devido à demanda pela mitigação climática, joga holofotes na escuridão da floresta
- 33 Engajamento** Investidores, consumidores e empresas dão sinais de que as mudanças sistêmicas rumo à sustentabilidade estão em curso. O desafio ainda é dar escala e celeridade a este movimento – impulsionado também pela pandemia do novo coronavírus, que agiu como um catalisador

SEÇÕES

CAPA: ANDRÉ PESSOA

5	Projeto Especial	12	Notas	13	Drops	40	Última
---	------------------	----	-------	----	-------	----	--------



E a régua **subiu?**

Bem-vindos à segunda edição especial sobre transparência da PÁGINA22, idealizada em parceria com a Global Reporting Initiative (GRI). Este projeto traz uma avaliação geral do estado da transparência no Brasil na perspectiva de diversos setores da sociedade. Em que avançamos e no que precisamos melhorar desde a primeira edição, em 2019?

O debate sobre a necessidade de complementar as informações das empresas para além dos costumeiros demonstrativos e balanços financeiros não vem de hoje. Podemos dizer que o verdadeiro ano de nascimento da GRI foi 1989, por conta do acidente da Exxon Valdez no Alasca. O desastre levou investidores institucionais a questionarem suas práticas, pois ficou clara a relação entre a criação de valor das empresas e o que hoje chamamos de ESG (critérios ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês). Nos dias atuais, a diferença é que o debate saiu de um nicho e ganhou tração, ocupando espaços em grandes fóruns de negócios, legislações e fundos de investidores. Com a evolução acelerada da tecnologia e o aumento do escrutínio público potencializado pela pandemia, a transparência deixa de ser voluntária para ocupar cada vez mais espaços em agendas de governos e esferas reguladoras.

É preciso celebrar e agradecer a todos que estão juntos nesta jornada desde o início. E lembrar que as grandes decisões tomadas nas instituições são feitas por pessoas, nos seus papéis de ativista, funcionário, mãe, pai, professor, jornalista, empresário, investidor, estudante etc. Ou seja, um futuro melhor também depende da evolução pessoal de cada um.

Leituras como esta contribuem para abrir a cabeça e ampliar a visão. Por isso, agradecemos à equipe da revista, que novamente provou seu profissionalismo e compromisso com a informação, e também à Agência Sueca de Cooperação Internacional (SIDA), patrocinadora deste projeto da GRI. Agradecimentos especiais aos entrevistados e membros do Comitê Editorial desta edição.

Glauca Terreo, diretora da GRI no Brasil

Isso é só o começo

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO REPRODUÇÃO

O debate sobre uma retomada econômica verde não vem de hoje. Quando o mundo tentava se reerguer da crise que sacudiu os mercados financeiros e a economia global a partir de 2008, o assunto já tinha vindo à tona. Mas de lá pra cá, especialmente desde 2015, houve uma aceleração do processo. Muitos setores sociais e agentes econômicos importantes que antes eram reticentes, ou tinham uma certa indiferença, passaram a se engajar, sendo o setor financeiro um dos últimos a embarcar. “Os fundos que demoraram para entrar nisso agora entraram com tudo”, diz **José Eli da Veiga**, professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

Há um componente geracional forte nessa evolução. Nos bancos centrais, por exemplo, hoje se vê um corpo técnico formado por excelentes economistas que são muito jovens, e já discutiam questões relacionadas a clima e sustentabilidade quando estavam na faculdade. Segundo Veiga, muitos autores têm enfatizado que o movimento da jovem ativista ambiental sueca Greta Thunberg, o Fridays for Future, vai pesar no que vamos assistir na próxima década. “Terá muito mais peso do que diversos políticos estão imaginando, simpáticos ou não à causa da Greta”. Segundo ele, as empresas também precisam prestar muita atenção na mudança de comportamento e de valores da juventude. “A gente está vivendo só o início”, afirma.

Professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP (IEA-USP). Por 30 anos (1983-2012), foi docente do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), onde obteve o título de professor titular em 1996. Tem 29 livros publicados, entre os quais *O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra* (2019); *Amor à Ciência* (2017); *Para entender o desenvolvimento sustentável* (2015) e *A desgovernança mundial da sustentabilidade* (2013). É colunista da PÁGINA22, do *Valor Econômico* e da *Rádio USP*.





Qual é a sua visão sobre o Green Deal europeu, especialmente neste debate sobre a retomada econômica pós-pandemia?

O Green Deal europeu foi lançado no início de dezembro de 2019, portanto muito antes de se começar a discutir a retomada. Ninguém sabia, em dezembro, que um novo coronavírus viria fazer este estrago todo. É um documento geral de declaração de intenções como outros que a gente já tinha visto, exceto pela ênfase no hidrogênio. Falava sobre a necessidade de haver uma estratégia de transição ecológica na Europa em geral, com uma lei climática. Durante o primeiro semestre, foram lançados vários documentos mais específicos, setoriais, de como colocar isso em prática, voltados para a indústria, economia circular, agricultura, biodiversidade. Tenho a impressão de que ainda faltam questões centrais, como mobilidade e construção civil.

Mas, antes dos documentos específicos, saiu um documento com a expressão “mecanismos de transição justa”. A primeira vez que eu vi, pensei: “Que raio é isso?”. Depois vi que se tratava de algo bastante evidente sobre qual era a preocupação principal: para cada medida que fosse adotada, seria preciso visualizar o tipo de conflito social que poderia ocorrer. O fato de esse documento ter saído já em janeiro evidentemente reflete a percepção das elites – que elaboram esses documentos – a respeito do que houve na França com os coletes amarelos, que foi um conflito quase sem precedentes, originado por uma medida a princípio justa e na direção da chamada transição ecológica, que é a necessidade de um imposto sobre os combustíveis. Mas isso causou uma revolta muito grande porque sempre haveria um prejudicado.

Um outro exemplo da transição ecológica é que os prédios e casas na Europa terão de passar por uma renovação. Do ponto de vista térmico, há um exagero de consumo energético, principalmente em um longo inverno, pois foram construídos quando nem se pensava em aquecimento global. Como financiar um programa dessa envergadura sem, por exemplo, penalizar uma quantidade imensa de aposentados que possui só uma casa própria e não pode fazer esse tipo de investimento? Já existem incentivos creditícios para que as pessoas possam pedir ao banco um financiamento, mas o problema é muito maior. E nem estamos falando em constranger as grandes empresas a fazerem alguma coisa.

Com a pandemia e a necessidade da retomada, a expressão Green Deal ganhou uma

outra abrangência? Fala-se em Green New Deal para todo lado.

Sim, mas veja bem, a mesma coisa aconteceu em 2008. Naquela época, ressuscitaram o New Deal [programa implementado entre 1933 e 1937 para recuperar a economia americana após a Grande Depressão] para dizer que ele devia ser esverdeado. Foi por iniciativa da Inglaterra, principalmente, onde desde 2008 existe um grupo permanente de *think tanks* pensando nesse termo.

Recentemente, bem antes da pandemia, a [congressista na Câmara dos Representantes por Nova York] Alexandria Ocasio-Cortez, juntamente com um movimento que se chama *Sunrise*, lançou um projeto de lei com a expressão Green New Deal. Claro que, com a pandemia, começou a se falar muito em retomada econômica e aí a expressão tem sido usada muito nesse sentido.

De 2008 para cá o senhor vê um avanço? Porque embora já houvesse essa discussão, a retomada verde acabou não acontecendo na velocidade que se imaginava. Atualmente, com o aumento da pressão de investidores e a agenda ESG (voltada a questões ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês), estamos em um outro momento?

Nessa reconstrução histórica, eu recuaria bem mais, pelo menos desde a Rio 92, que consagrou a ideia do movimento sustentável, que por sua vez tinha sido lançada um pouco antes, em 1987. Isso porque a gente vem observando um movimento em várias áreas da sociedade, mas é difícil entender quais são os momentos em que isso se acelera ou os momentos em que parece não acontecer nada, e de repente surge uma notícia que mostra que as coisas estavam acontecendo, mas sem muita visibilidade.

Sem dúvida, desde 2007, e com muito mais força desde 2015, houve uma aceleração do processo. Muitos setores sociais e agentes econômicos importantes que eram reticentes, ou tinham uma certa indiferença, passaram a se engajar. O mais recente foi o setor financeiro, que antes tinha ficado com uma espécie de “pé atrás”.

Todos os bancos centrais não estavam nem aí para esta discussão do clima. E em 2017, começou com aquela convocatória do [presidente da França, Emmanuel] Macron, a *One Planet Summit* – que foi inclusive uma reação contra o [presidente dos EUA, Donald] Trump, que tinha anunciado a saída dos Estados Unidos da Convenção do Clima.

Quando Macron fez essa cúpula, alguns bancos

centrais se juntaram para buscar uma articulação voltada à questão climática. Eles já estavam cientes de que teriam de levar muito a sério a questão climática, até mesmo sob a perspectiva daquilo que os bancos centrais mais têm que fazer, que é serem previdentes em relação a futuras crises. De certa forma, apelidaram isso de cisne verde. Esta expressão, “cisne verde”, causa uma certa confusão porque é usada de outras formas por mais atores.

Hoje, o número de bancos centrais engajados na articulação para esverdear o sistema financeiro chega a 69 bancos e mais um monte de observadores, como o Banco Mundial, o FMI [Fundo Monetário Internacional] e o Banco de Compensações Internacionais. É algo recente e é impressionante ler os documentos que estão produzindo nesta articulação. Um deles, do Banco de Compensações Internacionais, junto com o Banco da França, ganhou esse título, de “cisne verde”. É uma coisa que, se você me perguntasse alguns anos atrás se iria acontecer, eu diria que não. Eu seria cético em relação à possibilidade de haver um movimento dessa envergadura.

O que motivou esse movimento foi a percepção mais clara da crise climática e dos riscos associados aos investimentos? Ficou mais difícil ser negacionista?

Hoje se vê, nos bancos centrais, um corpo técnico formado por excelentes economistas que são muito jovens. Eles discutiam essas questões de clima, sustentabilidade etc. quando já estavam na faculdade. Então vão assumir essas posições com essa consciência. Observo essas mudanças em vários setores há muito tempo. Quando a gente ouvia depoimentos de empresários mais avançados em relação às questões ambientais, era frequente o depoimento sobre a influência dos filhos. O sujeito está no banco e tem um filho de 15 anos no movimento da Greta [Thunberg, ativista ambiental sueca] que vai cobrá-lo. Hoje, não só é mais difícil ser negacionista, como há uma mudança de geração e uma influência da juventude sobre os seus pais.

A geração de jovens como a Greta ainda não está no poder, mas já tem uma força política para pressionar quem está?

Com certeza. A gente está vivendo só o início disso. Muitos autores que lidam com estas questões têm enfatizado que o movimento da Greta, o Fridays for Future, vai pesar no que vamos assistir na próxima década – dos anos 2020 aos anos 2030. Terá muito mais peso do que diversos políticos estão

A grande novidade à qual deve ser dada muita atenção é a dos jovens pelo clima

imaginando, simpáticos ou não ou à causa da Greta. As manifestações na Europa foram impressionantes. Pesquisas feitas junto aos jovens para tentar entender como tinham conhecimento da questão climática e por que achavam importante estar na rua revelaram novidades promissoras. Ou seja, será um fator essencial.

Podemos dizer que são um grupo pequeno, mas barulhento a ponto de influenciar, ou um nicho que faz a sua manifestação enquanto o restante da juventude continua apática?

Varia muito dependendo do país que você observar. Tive a impressão de que, no ano passado, foi muito mais do que um nicho na Inglaterra, na França, na Alemanha. Eu me lembro de uma manifestação feita em 17 capitais, praticamente todas europeias. Com a pandemia, evidentemente isso tudo foi interrompido [na última sexta-feira de setembro, uma manifestação foi retomada]. Quando se atua na área de Ciências Humanas, o que vai acontecer mesmo a gente não sabe. Em todo caso, olhando para o que ocorreu nos últimos tempos, a grande novidade à qual deve ser dada muita importância é esta dos jovens pelo clima.

As empresas têm que prestar atenção nisso?

Certamente! Mas eu queria voltar a uma pergunta anterior que é sobre o uso da expressão ESG. No âmbito empresarial, a primeira coisa que surgiu foi o famoso tripé do John Elkington sobre os 3 Ps – *profit, planet e people* [lucro, planeta e pessoas]. Em seguida, houve uma série de idas e vindas nessa história. O seu último livro tem o título *Cisnes Verdes*, no plural. Então, estamos analisando um processo evolutivo, seletivo e adaptativo. Eu, por exemplo, não imaginava que os 3 Ps do Elkington seriam assim substituídos por uma sigla. Agora só se fala em ESG, mas não é que tenha tomado o lugar da sigla anterior. Há muitas maneiras de ver essa questão no meio empresarial.

Elkington reviu o próprio conceito do triple bottom line, porque acabou separando e deu pesos iguais às três pernas – a econômica, a



Em Davos, os últimos anos foram impressionantes na mudança da percepção sobre a crise climática e da biodiversidade

social e a ambiental –, quando, na verdade, a ambiental é a grande base para tudo. O uso da sigla ESG estaria fazendo uma nova separação em áreas? Seria um novo modismo para dizer a mesma coisa?

Quando ele fez uma espécie de autocrítica com relação a isso, chamou a atenção de que o tripé tinha virado uma maneira de as empresas simplesmente subdividirem a questão e criarem métricas específicas. Assim, podiam dizer: “Ah, eu não vou tão bem no resultado ambiental, mas estou tão bem no social que isso compensa”. A crítica dele foi de que isso rifou a ideia central do valor novo que era a sustentabilidade, que exigiria uma visão mais holística e não subdividida e usada mecanicamente. Nesse sentido, o ESG não mudaria grande coisa.

O mais surpreendente na sigla ESG é que o lucro “sumiu”. Quando Elkington lançou a ideia, falou: “É claro que a empresa precisa lucrar, mas também tem de se preocupar com as pessoas e com o planeta”. Essa era a mensagem, que foi muito boa do ponto de vista pedagógico no âmbito empresarial. Agora está se falando em ambiente, social e governança. Eu acho estranho, mas de fato é como se tivesse acontecido o seguinte: “É óbvio que tem lucro, mas lucro a gente mede de outra forma. Para aquilo que é o papel mais filantrópico das empresas, a gente vai usar essa sigla ESG”. Vejo na *Harvard Business Review* autores procurando discutir se ESG já é *mainstream* ou ainda não. Talvez a gente esteja em um momento de difícil avaliação do que vai ficar como convenção.

O atual governo brasileiro atrapalha a evolução dessas práticas ou pode até mesmo estimulá-las na medida em que provoca uma contrarreação, uma mobilização por parte do setor privado e da sociedade civil organizada?

Vamos pegar a iniciativa recente dos três grandes bancos – Itaú, Santander e Bradesco –, que tomaram

uma atitude importante nesta direção [em julho, apresentaram ao governo federal 10 medidas para o desenvolvimento sustentável na região]. Esses bancos deram um recado que deve ter sido ouvido pelo menos no âmbito do superministério da Economia, mesmo que não tenha sido em outras áreas do governo. Mas imagino também que o vice-presidente [Hamilton Mourão] e a Casa Civil também estejam atentos.

Na verdade, o governo está tendo uma atitude desastrosa nas questões ambientais em geral e, particularmente, no aspecto Amazônia, o que dá uma visibilidade muito grande. O Brasil virou um vilão de primeira linha. Se alguém quiser dar um exemplo ruim, nunca vai lembrar dos negacionistas da Europa do Leste. Vai lembrar do Brasil, até antes de lembrar do Trump. Isso está sendo negativo para o Brasil economicamente. Não é tão sério para alguns setores do agronegócio porque as exportações, de certa forma, continuam bombando e são principalmente dirigidas à Ásia e ao Oriente Médio. Com isso, a péssima imagem do Brasil na Europa para que o Brasil seja boicotado ainda não assusta essa parcela do agronegócio.

Mas pelo lado da capitalização, a coisa está séria, porque os fundos que demoraram para entrar nisso agora entraram com tudo. Teve aquele anúncio do BlackRock no começo do ano, e já são não sei mais quantos grandes fundos estão nessa linha de adotar, por exemplo, o ESG. E se você adotar o ESG, a última coisa que vai topar é bancar investimento em um país com esta imagem que o Brasil está criando. Ou já criou.

Não creio que esses três bancos, por exemplo, tenham evoluído para essa condição só por causa das relações econômicas do Brasil com a Europa. De certa forma, também refletem esse sentimento mais geral que a gente estava descrevendo. Por exemplo, todas as grandes empresas, e particularmente esses bancos, estão sempre em Davos. Neste ano, o encontro foi adiado por conta da pandemia, mas os dois ou três últimos anos foram impressionantes como sinalização de uma mudança de percepção da questão climática, em primeiro lugar, e também da biodiversidade.

Eu não sei como isso vai se resolver, mas não é possível que dure por muito mais tempo o Brasil ser considerado o vilão, sendo que justamente é um dos países com maior condição de apresentar resultados. Não apresenta e é uma pena.

Como a governança global vai interferir na tendência de uma recuperação verde, uma vez que o multilateralismo está em xeque?

Analisando a possibilidade de evolução dessas agendas em plano internacional, a grande incógnita é a relação entre Estados Unidos e China. São poucas as pessoas com capacidade de observar o que está acontecendo na China. Mas para aquilo que nos interessa e até onde as informações estão disponíveis, há coisas altamente avançadas. Outro dia estava ouvindo um brasileiro que vive lá e conhece muito bem o país dizer que no ano que vem será proibido usar carro com motor a explosão na sua cidade. Isso é quase a vanguarda, porque isso se planeja muito na Europa, mas até agora as datas não são assim.

Na Europa, há uma ambição clara de acelerar o processo de transição ecológica, mas ela ainda está muito amarrada às energias fósseis. A China parece em ascensão, na vanguarda, mas ao mesmo tempo se tem notícia de que está usando cada vez mais carvão, que é o pior dos combustíveis fósseis. Então é difícil interpretar.

O fato é que a China está empenhada em ter um papel muito mais importante no plano geopolítico e que isto entra em contradição com as vocações dos EUA. E caso o Trump se reeleja, vamos entrar em um período pior do que este, sem perspectivas mesmo. Aí o que a Europa poderá fazer sozinha?

Ao mesmo tempo, a Europa vai ficar cada vez mais exigente. Dá para ver isso na tramitação do tal acordo União Europeia e Mercosul. Um ano atrás eu escrevi na PÁGINA22 um [artigo](#) elogiando o texto do acordo. Tenho a impressão de que se o governo Bolsonaro fizer mesmo este acordo, vai se arrepender logo, porque um acordo deste tipo teria a possibilidade de judicializar as relações comerciais quando ocorrer o que está acontecendo neste momento na Amazônia.

Mas a possibilidade de esse acordo de livre comércio vingar é mínima, por várias razões. Uma delas é o fato de que a Argentina já não está tão interessada, e sim meio inclinada a fazer um pacto com a China. Para entrar em vigor, o acordo precisará ser ratificado em todos os países da União Europeia e do Mercosul – e o segundo principal membro do Mercosul já está dando pra trás. Além disso, há forças contrárias na Europa, por exemplo, Holanda, Áustria, França.

Então a governança global está mais complicada do que a governança nas empresas?

Isso com certeza. Agora a gente está assistindo a OMC [Organização Mundial do Comércio] a andar para trás. E por outro lado, tudo indica que a OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], que no início era considerada uma organização regional, tem um papel cada vez maior em

O Brasil virou um vilão de primeira linha. Se alguém quiser dar um exemplo ruim, vai lembrar do Brasil, até antes de lembrar do Trump

termos de formulação da governança. Vou dar um exemplo que é quase que uma curiosidade histórica, mas para dizer que a maneira como essas organizações internacionais evoluem não é nada óbvia.

Hoje a gente fala muito dos ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável], que foram assinados em 2015, e vieram substituir os ODM [Objetivos do Milênio] – que já tinham sido uma grande inovação a partir de 2000. O componente sustentabilidade nos ODM era muito fraco. Recentemente, fazendo pesquisas, acabei notando que, na verdade, os ODM nasceram na OCDE. Havia um departamento na OCDE que procurava assessorar os países a gerir a aplicação de recursos de cooperação internacional. Antes de ser da ONU, portanto, os ODM foram uma ideia da OCDE, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Se 10 anos atrás me dissessem que a OMC estaria condenada e nós estaríamos falando muito bem da OCDE, eu consideraria um “chute” muito grande. Mas é isto que acabamos vendo.

Nesse período todo de evolução oscilante em relação à transição ecológica, algumas iniciativas foram importantíssimas, sem as quais dificilmente a gente estaria assistindo ao que há agora de positivo. Por exemplo, o *reporting*, como faz a GRI [Global Reporting Initiative], foi uma das iniciativas que precisam ser colocadas como admiráveis, assim como foi a criação de índices, como o Bloomberg e o Dow Jones Sustainability, pois era um período desfavorável. Hoje, com a chancela do Fórum Econômico Mundial de Davos, a coisa mudou completamente de figura. Mas essas foram iniciativas heroicas, porque não era assim tão fácil vender esse tipo de ideia para muitos setores sociais e políticos. [LZ](#)

 Assista aqui ao vídeo com trechos desta entrevista.

FAKE NEWS

Pega na mentira

Falácias, mentiras e meias-verdades são comuns na narrativa antiambientalista. Mas ganham expressão em um governo negacionista como o brasileiro. Diante disso, a plataforma [Fakebook.eco](#) procura restabelecer os fatos e desfazer os principais mitos e desinformações no campo ambiental. Recentemente, dissecou o discurso do presidente da República Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU em 22 de setembro.

A plataforma traz ainda uma lista dos mitos ambientais mais frequentes e permite a interação com o público, que pode sugerir a verificação de informações. Criada este ano, é resultado da união entre dois projetos anteriores: o Fakebook, produzido pelo Observatório do Clima (OC), Greenpeace e ClimaInfo, e o Agromitômetro, uma iniciativa de checagem de informações ambientais do OC.

RELATÓRIOS

Métricas em comum

O Fórum Econômico Mundial lançou em setembro um conjunto básico de métricas ESG e critérios de transparência que pode ser usado pelos membros do International Business Council. O IBC reúne mais de 120 CEOs globais, com participação do Bank of America e das chamadas Big Four (Deloitte, EY, KPMG e PwC). O documento é intitulado [Measuring Stakeholder Capitalism Towards Common Metrics and Consistent Reporting of Sustainable Value Creation](#), traduzido livremente como “Medindo o capitalismo das partes interessadas em direção a métricas comuns e relatórios consistentes de criações de valor sustentável”. Com isso, será possível alinhar os relatórios sobre o desempenho em relação a indicadores ambientais, sociais e de governança, e identificar contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por meio de uma base consistente e com maior convergência.

PANDEMIA

Transparência é saúde

Como parte de sua contribuição à transparência empresarial durante a pandemia, o Instituto Ethos lançou o Covid Radar, um coletivo de mais de 40 empresas que se juntaram para enfrentar os desafios do sistema de saúde e auxiliar na retomada da economia. Entre os conteúdos disponíveis no site, há um guia com oito recomendações relacionadas à responsabilidade social no contexto da pandemia. Uma delas trata da transparência empresarial e abertura das decisões, e pode ser acessada [aqui](#).

AGENDA 2030

Apagão de dados

O Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030, que acompanha o andamento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, não traz boas notícias. [Nesta quarta edição](#), foram analisadas 145 das 169 metas da Agenda 2030, sendo que 17 metas nem sequer possuem dados para análise e setenão se aplicam ao Brasil. Mesmo na análise das 145 metas, especialistas tiveram dificuldades no levantamento de informações devido ao “apagão de dados” no País, refletindo a ausência ou ineficiência de políticas públicas, inexistência ou insuficiência de informações ou de séries históricas.

Nos casos em que inexistem informações oficiais, foram utilizados estudos produzidos pela sociedade civil ou pesquisas acadêmicas catalogadas na biblioteca SciELO ou no Portal Capes, observados os critérios de série histórica e metodologia consolidada. Nas páginas 96 e 97 do relatório, é possível obter um panorama geral das metas dos 17 ODS, com desempenho classificado como “retrocesso”, “ameaçado”, “estagnado”, “insuficiente” ou “satisfatório”. A publicação foi lançada nacional e internacionalmente em julho, por meio de três eventos. Assista aos debates em youtube.com/gtagenda2030.

RASTREABILIDADE

Outra pecuária é possível

A origem da carne na Amazônia e no Cerrado pode ser monitorada com a integração de informações entre a Guia de Transporte Animal e o Cadastro Ambiental Rural, e os respectivos mecanismos legais que permitam sua validação conjunta. Seguindo também as exigências estabelecidas no âmbito do Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia de Bovinos e Bubalinos e dos Termos de Ajuste de Conduta assinados entre o Ministério Público Federal e os processadores de carne que operam na Amazônia Legal.

Esta é uma das conclusões do estudo *A rastreabilidade da cadeia de carne bovina no Brasil*, publicado em setembro pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, como resultado da iniciativa Amazônia Possível, lançada na Climate Week de Nova York de 2019. Além de reconhecer a complexidade da cadeia, o documento salienta os avanços tecnológicos que podem contribuir para a rastreabilidade e traz uma série de recomendações para que as melhores práticas se efetivem. [Acesse o estudo completo e o sumário executivo](#).



ANIMAÇÃO

O que você precisa saber sobre transparência empresarial

Ser transparente significa ser sincero. Sinceridade gera confiança. Mas, nas relações empresariais, esse encadeamento é mais desafiador, principalmente quando se trata de uma grande empresa que possui extensa cadeia produtiva. Entenda por que e como as empresas podem evoluir em transparência.



DEPOIMENTOS

O que as novas gerações pensam sobre as empresas?

Quatro adolescentes trazem suas opiniões sobre os atributos que o mundo empresarial deve oferecer para atrair investimentos e os melhores talentos. E contam o que esperam em termos de diversidade no mercado de trabalho. Veja também o recado que elas deixam para as empresas.



DESTAQUES

Trechos da entrevista com José Eli da Veiga

Acompanhe os momentos em que o professor aborda a agenda ESG, o papel dos bancos, a influência das novas gerações, a sustentabilidade diante de um multilateralismo em xeque e os sinais contraditórios que vêm da China (*leia a entrevista completa à pág. 6*).

MAKING OF

Furo de reportagem

Ouçá o depoimento do fotógrafo André Pessoa, sobre a produção da imagem que ilustra a capa desta edição. A foto registra uma nova pedra furada, recentemente descoberta geológica no Piauí, em pleno século XXI. A descoberta simboliza a riqueza histórica, ambiental e cultural da região, com imenso potencial para o turismo sustentável em uma região ainda tão pouco explorada.





Quanto mais, **melhor**

As recentes – e inéditas – manifestações advindas do *mainstream* econômico e financeiro internacional, que ameaçam boicotar produtos contaminados por desmatamento, serão capazes de forçar um outro patamar de transparência?

POR MAGALI CABRAL FOTO ELEMENTS

Em um extremo, regimes com tendência autoritária destroem conquistas socioambientais recentes, nutrindo uma briga contra o próprio passado. Na outra ponta, sociedades progressistas seguem na luta pela construção de um futuro sobre bases econômicas transparentes, verdes e menos desiguais, o chamado → **European Green Deal**. Acrescenta-se a essa polarização global uma pandemia que já tirou a vida de mais de 1 milhão de pessoas e continua tirando a saúde também dos sistemas econômicos e financeiros mundo afora. Está posto um cenário de grandes incertezas.

Esse retrato de polarização também se reproduz dentro do Brasil e pode ser observado com clareza no meio empresarial. Enquanto grande parte do empresariado brasileiro, com uma situação fiscal muito afetada pela pandemia, tende a reforçar a tendência do discurso conservador, empresas líderes, integradas nas cadeias globais de produção, sentem a pressão de conviver com uma política interna totalmente avessa às pressões que chegam do mercado externo.

Essas pressões internacionais nas relações → **B2B** não buscam apenas um posicionamento frente a temas socioambientais, mas cobram sobretudo transparência, → **compliance**, rastreabilidade da produção, entre outras ações de governança, diz o diretor de impacto global da World-Transforming Technologies Foundation e diretor da empresa PERA Complexity

→ Conceito que já havia sido tema de relatório da Organização das Nações Unidas no final da década passada, sob o slogan Green New Deal, e entrou na pauta da Comissão Europeia em dezembro de 2019

→ Abreviação para o termo em inglês *Business to Business*, que se atribui às relações comerciais entre empresas

→ **Compliance** – estar em conformidade com leis, normas, controles internos e externos, além de todas as políticas e diretrizes estabelecidas para o seu negócio

B.V., da Holanda, Valdemar de Oliveira Neto, mais conhecido por Maneto. “Empresas que dependem de inserção no mundo de forma ampla, com acesso a mercado e a capital externo, precisam desvincular sua imagem da agenda autoritária brasileira, e a melhor forma de fazer isso é com mais transparência na gestão e uma agenda ambiental forte”, diz.

Na opinião de Maneto, o Brasil já não podia se dar ao luxo de virar as costas ao mundo em razão de suas necessidades comerciais, e pode menos ainda agora, com o agravamento da situação fiscal provocada pela crise econômica e sanitária. Para ele, a saída da crise exigirá um esforço de atração de capital cada vez maior e a polarização nos negócios em nada ajuda.

Ele explica que, de um lado, há uma massa de pequenos empresários ressentidos com o impacto econômico provocado pela pandemia e atribuindo o problema não ao governo federal, mas a governadores que não priorizaram suas necessidades nesse momento difícil; de outro, o discurso dos setores mais sofisticados e internacionalizados em relação à centralidade da questão da sustentabilidade, da conservação ambiental e das políticas transparentes, que são compromissos do País com o sistema global. “O fim desse ambiente polarizado pode levar até uma década para acontecer. Não vejo perspectiva de curto e médio prazo e acho que questões de conservação ambiental e de políticas mais transparentes, por enquanto, estarão apenas na agenda de uma elite do mundo empresarial”, deduz.

Compõem essa elite, por exemplo, os três maiores bancos privados do País – Bradesco, Itaú Unibanco e Santander – que, em agosto passado, propuseram ao governo brasileiro um plano de desenvolvimento sustentável para Amazônia. Segundo Maneto, esse movimento foi importante, não apenas pela proposta em si, mas porque mostra que finalmente os bancos privados decidiram migrar de um compromisso mais conceitual, com pouco enraizamento em ações, que são os Princípios do Equador. “Após cerca de 20 anos de aparente contradição entre o discurso e a prática, os bancos deram um passo realmente importante.”

Ao jornal *Valor Econômico*, o professor de Harvard e Prêmio Nobel de Economia (2016), Oliver Hart, afirmou que as empresas não

podem escapar da necessidade de abraçar o tema da responsabilidade social. Para ele, as pessoas perderam a confiança nos governos e pressionam as empresas a ocupar esse vazio. A dúvida é se a pressão às empresas é mais eficaz quando feita por meio de boicote e desinvestimento, ou por meio do convencimento e do engajamento.

Esse é o tema do estudo que Hart assina em parceria com Luigi Zingales, da Universidade de Chicago, e Eleonora Broccardo, da Universidade de Trento. O desinvestimento em empresas não sustentáveis pode, sim, provocar uma redução no preço das ações e forçar o seu “esverdeamento”.

Mas é bem possível que investidores interessados apenas em lucro imediato compreendam essas ações subvalorizadas, anulando eventuais impactos sociais. O mesmo pode acontecer com os boicotes dos consumidores. Os produtos boicotados tendem a cair de preço, o que pode atrair uma onda de novos consumidores interessados apenas em preço baixo.

O BRASIL SEGUE NO JOGO

Apesar de avaliar o momento atual como volátil e de grandes incertezas em razão das polarizações locais e globais, Roberto Silva Waack, presidente do conselho do Instituto Arapyau e conselheiro da Marfrig, se diz otimista em relação à participação do Brasil nos debates internacionais no campo da sustentabilidade. “O governo brasileiro está fora desse debate, mas a sociedade civil e a sociedade empresarial estão mais dentro do que nunca e continuam pautando grande parte desse movimento.” Segundo ele, persiste uma conexão forte entre a sociedade brasileira – civil e empresarial – e o sistema financeiro internacional, tanto no *mainstream* econômico (fundos de investimento) quanto na filantropia. Essas atividades só não estão mais tão explícitas, talvez para evitar eventuais retaliações. Ou seja, de acordo com Waack, investimentos voltados à sustentabilidade, e muito particularmente à transparência, continuam fluindo para dentro do País. “O que os investidores internacionais mais estão pedindo é rastreabilidade. Eles têm interesse na commodity brasileira, mas querem saber de onde vem o produto e como foi produzido. A exigência da transparência

na cadeia produtiva se tornou avassaladora nesse último ano”, informa.

No entanto, esse tipo de mensagem atinge somente um núcleo de empresas de ponta e internacionalizadas, o topo da pirâmide empresarial. A massa das grandes empresas brasileiras, em boa parte, ainda não está instrumentalizada para atender essas exigências. Na avaliação de Waack, a maioria encontra-se na fase do *awareness* [tomada de consciência], e umas poucas já estão em busca das instrumentalizações necessárias para implementação de modelos de avaliação de → **externalidades**. “São raras as empresas brasileiras que sabem como aplicar, por exemplo, um mapa de externalidades”.

Assim como há mapas de risco, normalmente avaliados em comitês de auditoria, esse mapa aponta quais são as externalidades na empresa, se positivas ou negativas. Indica também as ações para eliminar, reduzir, mitigar ou compensar as negativas e as ações para potencializar as positivas. Idealmente, esse mapa deve também mostrar como essas ocorrências podem afetar o valor da empresa.

“Esse repertório é muito novo. Imagine uma pirâmide empresarial. Faça um corte na metade. A parte de cima já ouviu falar nesses conceitos e sabe que é algo relevante. Subindo a barra para o topo, um quinto da pirâmide está efetivamente tentando usá-los. E, ali, só um décimo está usando de verdade”. O quadro parece ruim, mas o otimismo de Waack se baseia justamente neste momento inédito de muita busca por conscientização e instrumentalização, em um período de pandemia com grande restrição de recursos. Esse avanço pode ser parte do aprendizado que a pandemia deixará para a civilização. Waack acredita que o momento joga luz sobre as desigualdades, sobre o excesso de coisas inúteis sendo consumidas, sobre a necessidade de um maior equilíbrio das relações humanas com a questão ambiental. E lembra que as projeções do mundo pós-Covid-19 já estão mostrando que, se é para recuperar a economia global, que a recuperem mais verde e com mais justiça social. Essa tendência está muito clara e surpreendentemente intensa na Alemanha, França, China, e entre os grandes fundos de investimento globais. “Não posso acreditar que o Brasil, o país mais competitivo para

sufurar na onda do Green New Deal, jogará fora essa oportunidade”, diz.

A diretora-executiva de Sustentabilidade da → **Suzano Papel e Celulose**, Maria Luiza (Malu) Paiva, tem uma percepção similar. No período recente, a evolução da transparência no ambiente empresarial vem se dando no aumento de consciência dos executivos. Algumas empresas já partem para uma segunda fase, que é a da mobilização para a mudança. A qualidade do conteúdo dos principais mecanismos de → **disclosure** – sejam os relatos socioambientais ou os índices de sustentabilidade – também está em estado de transição: “Os → **stakeholders** já não aceitam receber somente boas notícias. Expor vulnerabilidades, erros e fracassos, e os respectivos aprendizados, é uma necessidade para conquistar e manter a credibilidade junto ao público interessado. Esta não é uma evolução fácil para empresas, mas é cada vez mais necessária”, afirma a executiva.

HORA DE RASTREAR A BOIADA

Para a ex-ministra do Meio Ambiente e *senior fellow* do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Izabella Teixeira, uma nova conformação de mundo vem ocorrendo há tempos, embora em alguns países de maneira mais pontual. A ativista Greta Thunberg, a Encíclica *Laudato Si'*, → **a carta da BlackRock**, as ameaças dos grandes mercados consumidores de boicotar o comércio com países não comprometidos com agendas → **ESG**, a proposta de decréscimo econômico da Holanda não são fatos isolados, são resultados desse processo de transformação. Segundo ela, a Covid-19 chega escancarando a globalização e tem um efeito catalisador que sinaliza a urgência de um novo *business as usual*.

O ritmo das mudanças dependerá das escolhas de cada sociedade. “Estamos vivendo esse momento de mundo que pode resultar em uma transição passo a passo, bem articulada e calibrada, ou pode ser um processo disruptivo. Eu aposto em um processo mais calibrado e coordenado, mesmo sabendo que vamos lidar cada vez mais com as incertezas e a volatilidade dos fenômenos naturais”, afirma.

Considerando a magnitude do impacto econômico provocado pela pandemia, a ex-ministra avalia o momento como uma oportu-

➤ Reflexos negativos ou positivos de uma atividade que são sentidos por aqueles que pouco ou nada contribuíram para gerá-los. No caso de externalidades negativas, os prejuízos impostos à sociedade não são arcados por aqueles que os provocam, e sim pagos por todos

➤ Maior produtora global de papel e de celulose de eucalipto, além de estar entre as líderes brasileiras em ações socioambientais, é também *climate positive*, isto é, retira da atmosfera mais carbono do que sua cadeia de valor emite

➤ **Disclosure** significa tornar algo conhecido. Nos negócios, se refere à divulgação, por exemplo, de um risco que pode ser relevante para o público

➤ Traduzido como “partes interessadas”, designa as pessoas e os grupos mais importantes e estratégicos para o relacionamento de uma empresa, tais como funcionários, fornecedores, clientes, investidores etc.

➤ A BlackRock é a maior gestora de investimentos do mundo, com US\$ 7 trilhões em ativos. Em 2019, seu presidente Larry Fink, em sua carta anual aos CEO globais, convidou os executivos a reavaliarem os pressupostos básicos de suas empresas, considerando os riscos climáticos e seus impactos sobre o mundo tangível e o sistema que financia o crescimento econômico

➤ Sigla em inglês para ambiental, social e governança (ASG), critérios aplicáveis às decisões de investimentos

“Não se trata mais de passar a boiada, trata-se agora de rastrear a boiada”, diz a ex-ministra

tunidade de elevar o patamar das discussões sobre sustentabilidade. As principais tendências já batem à porta das empresas: trabalhar com capacidade de resiliência de setores produtivos, com coeficiente de eficiência energética, rastreabilidade e transparência.

“O setor privado é corresponsável, junto com os governos, por essa equação ambiental. Naturalmente, haverá reações de segmentos conservadores para retardar esse processo, mas ele é inevitável e quem sair na frente terá um custo [de transição] menor”, afirma. “Não se trata mais de passar a boiada, trata-se agora de rastrear a boiada”, complementa ela, fazendo uma referência à fala do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante reunião ministerial realizada em abril deste ano, em que aparece defendendo o afrouxamento das leis ambientais.

CONVENIÊNCIA

Apesar de as tendências mundiais pedirem mais transparência na esfera empresarial, o presidente do Instituto Ethos, Caio Magri, avalia que, no Brasil, o setor, que já estava aquém do ideal, ainda deu um passo atrás em relação ao período pré-pandemia. Ele atribui esse refluxo a uma percepção equivocada por parte dos empresários de que a transparência aumentará ainda mais o risco financeiro durante esse período. Como se abrir as decisões da empresa fosse aumentar os riscos de competitividade e de concorrência. Mas é o contrário: “A transparência aumenta a confiança e diminui as vulnerabilidades”.

Para Magri, os relatos socioambientais disponibilizados para a sociedade também não estão cumprindo bem o papel da transparência. “Que empresa fez um censo auto-declarado, mostrando a diversidade em seus quadros quanto ao gênero, à raça, aos LGBTQ+? E se algumas fizeram, quantas abriram os dados para mostrar sua real fotografia

nesse tema? Quase nenhuma.” O presidente do Ethos aponta também a falta de transparência no tema das desigualdades salariais internas entre homens e mulheres, ou entre os maiores e os menores salários.

Em 2018 foi preciso a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entrar com uma ação na Justiça para derrubar uma liminar, impetrada pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, que proibia a divulgação das equiparações salariais dos executivos. Vitoriosa, a CVM abriu os dados e divulgou a informação de que a remuneração anual de presidentes de grandes bancos brasileiros chegavam a cerca de R\$ 40 milhões em salários e benefícios.

No fim de setembro, o ex-diretor da Previ e especialista em governança corporativa, Renato Chaves, fez um levantamento sobre os salários dos CEO no Brasil, mostrando que os principais executivos das companhias abertas chegam a ganhar 600 vezes mais que a remuneração média paga aos funcionários das empresas em que trabalham. “Não estou afirmando que essas distorções salariais devam ser corrigidas, mas é do interesse dos *stakeholders* que estejam transparentes”, diz Magri.

Na visão do ecologista e cofundador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho, pode até estar em curso uma evolução na percepção e no ferramental usado para exercer a transparência das atividades empresariais, mas o cerne, que é transformar a transparência em um objetivo orgânico nas empresas, não evoluiu. “Por não ser da área empresarial, posso estar subestimando minha avaliação, mas creio que as empresas só são transparentes quando lhes é conveniente”, diz.

Segundo ele, quando surge um problema mais sério, a tendência é reagir defensivamente. “Não lembro de nenhuma dizer: olha, aqui de fato existe um problema sério, pisamos na bola, falhamos e queremos mudar.” E

esse “pecado” não é exclusivo dos países situados abaixo da linha do Equador. Moutinho recorda o caso da Volkswagen alemã, que veio à tona em 2015. A indústria teria escamoteado ao máximo o fato de que seus automóveis movidos a diesel estavam equipados com um *software* que manipulava dados sobre emissões de poluentes. “Primeiro disseram que o problema não existia, depois assumiram que de fato havia uma falha no *software*. Só mesmo quando o calo apertou, a direção revelou se tratar de uma fraude e pediu desculpas.”

O dirigente do Ipam questiona a transparência dos grandes financiadores do mercado internacional que atualmente ameaçam boicotar produtos brasileiros em desalinhamento com os princípios ESG. A poluição das cadeias de valor contaminadas pelo desmatamento parece ser o ícone desse processo, em associação com as queimadas e os direitos humanos, mas Moutinho enxerga outros interesses por trás de ameaças tão contundentes. Segundo ele, os europeus historicamente sempre protegeram seus mercados e seus produtores de países competitivos como o Brasil e esse, na opinião dele, é mais um caso típico de transparência conveniente por parte desses *players*.

Outro caso controverso mencionado por Moutinho é o da Moratória da Soja, pacto firmado em 2006 entre entidades representativas dos produtores de soja, sociedade civil e com o governo, proibindo a compra de soja proveniente de áreas recém-desmatadas na

Amazônia. Segundo ele, os envolvidos em importação e exportação de commodities agrícolas gostam de citar a Moratória da Soja em seus instrumentos de *disclosure* como um caso de sustentabilidade. Contudo, Moutinho lamenta que a busca por uma moratória para o Cerrado, que é o berço da produção de soja no Brasil, não esteja prosperando por resistência desses mesmos *players*. “No Cerrado do Mato Grosso, 70% das propriedades produtoras de soja estão ilegais do ponto de vista de *compliance* com o Código Florestal e uma eventual penalidade excluiria produtores do sistema, o que não é do interesse dos *traders*”, diz.

Qualquer previsão sobre um desfecho desse cenário no Brasil é exercício de adivinhação. No entanto, aproveitando a metáfora da “onda” mundial que está se formando no horizonte e que precisa ser “surfada” pelo Brasil, há uma convergência de opiniões de que o setor empresarial tem um papel essencial no sucesso dessa performance. Enquanto Maneto detecta a ausência de lideranças no setor com uma força capaz de influenciar a base da pirâmide na direção da sustentabilidade, o otimismo de Izabella Teixeira não esmorece: “Chegou a hora de o empresariado brasileiro mostrar seu valor. Eles precisam deixar de apenas tangenciar o problema, incorporar o conceito de corresponsabilidade que está emergindo no mundo entre os grupos privados e ambicionar, de fato, uma agenda de sustentabilidade”. [LZ](#)

➡ Movimento multissetorial que nasceu em 2015, às vésperas da Conferência do Clima que estabeleceu o Acordo de Paris para o combate à mudança climática. O grupo foi criado para promover o diálogo entre ambientalistas e agropecuaristas. É composto por entidades do agronegócio no Brasil, organizações civis da área de meio ambiente e clima, representantes do meio acadêmico, associações setoriais e companhias

DECISÕES OPACAS

Durante a produção desta reportagem, surgiu o assunto das entidades do setor agropecuário que, em dezembro de 2019, se desfilaram de uma só vez da → **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** sem explicitar publicamente o que as levou a tomar essa decisão. Na falta de transparência sobre o motivo da debandada, prevaleceu a ideia de que a saída das entidades teria ocorrido em razão de um pedido feito pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, insatisfeito com o posicionamento mais contundente da Coalizão frente ao aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia.

Para dirimir as dúvidas que permaneceram no ar, a reportagem procurou a Coalizão e três entidades desfiladas na ocasião: a Sociedade Rural Brasileira (da qual Salles já foi dirigente), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). A Coalizão não quis se pronunciar. A Abiove enviou um e-mail justificando o seu afastamento “pelo distanciamento da forma de posicionamento da organização”. As demais entidades não responderam a solicitação de entrevista.

Um campo de batalha da democracia

POR DIEGO VIANA FOTO KARSTEN WINEGEART/UNSPLASH

Instaurar uma cultura da transparência é um longo processo, em estreita relação com o avanço da democracia, o combate à corrupção e a superação da "tradição patrimonialista"



A “cultura da transparência” tornou-se uma expressão tão ubíqua que é fácil perder de vista a dificuldade de cultivá-la. As recentes dificuldades enfrentadas por jornalistas e pesquisadores para obter dados por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), o decreto que, em 2019, tentou ampliar o sigilo de documentos do governo, e a disputa em torno do → **monitoramento da Amazônia** reacendem a antiga preocupação: como garantir que a sociedade saiba como está sendo governada?

Instaurar uma cultura da transparência é um longo processo, em estreita relação com o avanço da democracia, o combate à corrupção e a superação da chamada tradição patrimonialista, segundo explicação de Marco Antonio Teixeira, professor de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

O vínculo entre democracia e transparência é visível: no regime em que a população é considerada responsável pelo próprio destino, ela deve poder controlar o que fazem os governantes. Daí se segue o vínculo entre transparência e corrupção: a vigilância dos cidadãos dissuade os agentes de usar a coisa pública em benefício próprio. Já a tradição patrimonialista designa o hábito de não distinguir, ou distinguir mal, o que é público do que é privado; e é considerada um grande obstáculo à cultura da transparência no Brasil.

Segundo Teixeira, a transparência é “uma das reivindicações morais fundamentais nas sociedades democráticas, em que o direito do povo de ter acesso às informações é amplamente aceito”. Portanto, um traço fundamental do espírito republicano é que as de-

➡ No auge das queimadas em 2019, o presidente Jair Bolsonaro acusou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de mentir sobre os dados obtidos por satélite, episódio que levou à exoneração do diretor Ricardo Galvão

Grupos que consideram a transparência um estorvo não entenderam que a democracia dá trabalho

cisões tomadas são expostas, não apenas em seus resultados, mas também em seus processos. “É uma questão de explicar como se chegou a esse resultado”, diz.

Assim, o princípio da democracia já aponta para aquilo que hoje se denomina *accountability*, isto é, a capacidade e a obrigação de prestar contas do que é feito e como se faz. A transparência, por sua vez, é indispensável à *accountability*: só é possível prestar contas se as informações estão acessíveis e compreensíveis. “*Accountability* nada mais é do que responsabilização. É prestar contas, justificar, dizer por que uma decisão foi tomada ou não”, resume Teixeira.

AVANÇOS DEMOCRÁTICOS

Os escândalos de corrupção nos últimos anos, somados às tentativas de reverter avanços presentes na LAI, fortalecem a sensação de que a opacidade reina no Brasil. Mas essa má fama deve ser posta em perspectiva, segundo Teixeira. Há países com séculos de lenta evolução na institucionalidade democrática, que vêm desenvolvendo há gerações as “práticas de compartilhamento da informação”. Também há países mais opacos que o Brasil, em que a participação da sociedade nas decisões do governo mal é considerada.

Mas a principal comparação é com a própria tradição do País. Os avanços da participação social e do acesso à informação não apenas são um movimento de consolidação da democracia. São também processos de combate e erosão da tradição patrimonialista, afirma Teixeira.

A Constituição de 1988 é um marco determinante da cultura de transparência no Brasil. “Foi ela que determinou incorporar a população nas decisões de políticas públicas, fornecendo informações”, aponta. O professor assinala que o primeiro campo a avançar na transparência, a partir da Constituição, foi o dos gastos públicos. O grande marco foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, a

primeira a obrigar os gestores a deixar disponíveis seus números “praticamente em tempo real”.

Outras leis importantes se seguiram, como a Lei de Transparência, de 2009, que obrigou entidades públicas a esclarecer suas despesas e receitas, e a Lei de Acesso à Informação, de 2011, que forneceu mecanismos para que a população exigisse dados do governo. Em 2015, foi aprovada a Lei nº 13.109, que define as relações do poder público com organizações da sociedade civil.

Nem tudo são avanços, porém: a Constituição prevê a criação de um Conselho de Finanças Públicas, que unificaria as informações do orçamento público. Segundo Teixeira, a ausência desse conselho facilita aos governantes mudar métodos e regras, o que leva à chamada “contabilidade criativa”, pela qual se busca esconder a irresponsabilidade com o dinheiro público.

Há várias escalas para a transparência, para além da disponibilidade das informações, a dita *transparência ativa*. É preciso que elas estejam acessíveis e compreensíveis, e não simplesmente escondidas no website de prefeituras, autarquias e ministérios. Em seguida, existe a transparência passiva, quando uma solicitação de cidadãos é atendida: esta é uma das inovações da LAI.

Mas o conceito não para por aí: uma vez que a transparência está na raiz da responsabilização e da prestação de contas, sobretudo no poder público, ela também envolve a necessidade da participação social. Este é o papel das instituições colegiadas, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) ou o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) e outros, além de conselhos estaduais e municipais.

DISPUTAS

Se a transparência é o ponto de partida para a presença da sociedade nas decisões de política pública, diz Teixeira, é um cam-

po de batalha decisivo no avanço da cultura democrática. Grupos políticos que lidam mal com a democracia sempre se esforçarão por esconder dados ou torná-los menos claros, seja ampliando o sigilo de documentos, seja atrasando a atualização do portal da transparência, ou ainda enfraquecendo espaços de participação social, como os conselhos.

No início de seu mandato como presidente, Jair Bolsonaro (sem partido) chegou a editar um decreto-lei extinguindo alguns desses conselhos, mas sua decisão foi revertida pelo Supremo Tribunal Federal. “Essa é a marca de grupos que consideram a participação e a transparência um estorvo, que não deixam governar ou tornam as decisões mais lentas. São grupos que não entenderam que a democracia dá trabalho”, explica.

Segundo Daniela Lerda, coordenadora da Aliança pelo Clima e Uso da Terra no Brasil, da Fundação Ford, o enfraquecimento dos espaços de participação, a partir do ano passado, teve um forte efeito sobre a capacidade de pressão da sociedade civil sobre o governo. “Ao longo de 12 anos, nós nos acostumamos com uma série de mecanismos de intervenção da sociedade nas políticas públicas, que têm sido restritos ao máximo, ou até mesmo extintos: conselhos para discutir alimentação, agricultura familiar, populações tradicionais”, relata. “O resultado é um constrangimento: sem esses espaços, onde as organizações podem atuar?”

Uma cultura opaca ou transparente se reforça por conta própria, como uma bola de neve. “É assim que os avanços e retrocessos da transparência se refletem na corrupção”, explica a cientista política Ana Luiza Aranha, assessora anticorrupção do **Pacto Global**, dando o exemplo da medida da *percepção* da corrupção. Esta é a medida mais comum da presença de corrupção em um país ou sociedade. Claro que desvios percebidos não correspondem perfeitamente aos atos corruptos que acontecem de fato, a tal ponto que a atua-

ção rigorosa de órgãos de transparência ou da imprensa pode produzir um aumento da percepção da corrupção, quando o problema, na verdade, está diminuindo.

No entanto, observa Aranha, a medida da percepção revela traços presentes na própria sociedade, isto é, características culturais. “Quando a percepção da corrupção é alta, muitos maus comportamentos são desculpados. Alguém que tem a expectativa de que a outra pessoa vai ser corrupta se permite ser corrupta também, dizendo que, se todos fazem errado, quem não faz é besta”, explica. “O que a percepção mede é o grau de tolerância das pessoas em relação ao fenômeno da corrupção. Isto tem implicações grandes nas práticas das pessoas.”

A alta percepção de corrupção tem um efeito negativo particularmente insidioso: ela pode gerar “uma certa apatia política”. “As pessoas se dizem cansadas, consideram a corrupção uma fatalidade, contra a qual não é possível fazer nada. Na sociedade civil, isto enfraquece as mobilizações e a capacidade de reivindicar”, lamenta. “Outro efeito é o moralismo: acreditar que a via de escape da corrupção é mudar o caráter das pessoas.”

Por outro lado, os avanços da lei têm um impacto visível sobre traços culturais arraigados. Aranha se refere à Lei Anticorrupção, de 2014, que mudou a prática dentro de grandes empresas: “Ouço sempre de advogados que o trabalho deles foi completamente transformado. Eles dizem que jamais se preocuparam com a possibilidade de ser apanhados quando faziam coisas fora da lei”, relata.

A própria Lei de Acesso à Informação, apesar de enfrentar problemas e resistências, mudou a cultura. “O setor público não tem mais a postura do ‘por que você quer saber isso’. A ideia de que a informação tem que estar disponível é o ponto de partida”, afirma Aranha. Teixeira acrescenta que a categoria que mais acessa a LAI não é a dos jornalistas, mas a dos advogados: em geral, são contra-

Lançado em 2000, o Pacto Global é uma chamada das Nações Unidas para as empresas alinharem suas estratégias e operações a 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. Possui cerca de 14 mil membros em 70 redes locais, que abrangem 160 países

O campo ambiental chama atenção por ter obtido avanços antes mesmo da Constituição de 1988 – e isso tem muito a ver com a mobilização da sociedade civil

☑ Registro público eletrônico nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, que integra informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes à situação de áreas protegidas como Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, compõe base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento

☑ Licença obrigatória para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa. O documento deve conter informações sobre as espécies, tipo do material, volume, valor do carregamento, placa do veículo, origem, destino, além da rota detalhada do transporte

tados de empresas que perderam licitações, cujo trabalho é esquadrihar editais e outros documentos para entrar com recursos.

TRANSPARÊNCIA AMBIENTAL

Antes mesmo da Constituição de 1988, um setor já reivindicava – e obtinha – avanços de transparência: o movimento ambientalista. Ainda durante a ditadura militar, em 1981, entrou em vigor o Plano Nacional de Meio Ambiente, que continha o projeto de um sistema de informações ambientais em escala nacional, embrião do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

“Sem ter entrado no processo de redemocratização, o Brasil já tinha um marco legal que, para a sua época, era muito avançado, reconhecendo que o Estado tem a obrigação de gerar informação ambiental e deixá-la disponível”, diz Renato Morgado, coordenador do Programa de Integridade Socioambiental da Transparência Internacional Brasil. Antes da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 2011, já existia a Lei nº 10.650, de 2003, determinando a acessibilidade das informações ambientais.

Morgado atribui esse avanço do setor ambiental à capacidade de organização e mobilização de entidades da sociedade civil dedicadas ao tema. “O setor ambiental compreendeu desde o início que o avanço rumo à sustentabilidade é indissociável da transparência e da participação”, afirma. “Conseguiram instituir, pouco a pouco, as várias políticas do guarda-chuva ambiental: política de recursos hídricos, de mudança climática, o Snuc [Sistema Nacional de Unidades de Conservação] e assim por diante.

A sociedade civil, em parceria com se-

tores do Estado, introduziu mecanismos de participação e transparência, tais como conselhos federais, estaduais e municipais de meio ambiente, comitês de bacia, conselhos de Unidade de Conservação. A transparência foi se constituindo em sistemas, cadastros, obrigações de transparência ativa e passiva”, completa o coordenador.

Aos poucos, foram criados diversos mecanismos de informação no setor ambiental, como o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), o cadastro do Snuc, o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (Snirh), o Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene). “O Brasil conta com uma legislação robusta e com práticas de transparência ambiental bastante avançadas”, afirma Morgado.

Esses sistemas, à medida em que se tornam públicos, permitem um controle maior sobre todo o processo que leva ao desmatamento e à degradação ambiental. Analisando o → Cadastro Ambiental Rural (CAR), o → Documento de Origem Florestal (DOF) e outros dados, é possível saber quem é responsável pelo desmate de uma área ou pela extração ilegal de madeira. A partir dessas informações, podem ser tomadas medidas tanto na esfera pública quanto na privada.

No entanto, ainda há muito caminho a percorrer. A falta de dados disponíveis e de definições legais está na fonte de uma das maiores causas do desmatamento no Brasil: a grilagem, ou seja, a apropriação fraudada de terras. Ainda há muitas terras públicas com propriedade indefinida (se pertencem à União ou aos estados) e sem destinação definida (se deverão virar Unidades de



FOTO: TAKUMÁ KUIKURO/FOTOS PÚBLICAS

Conservação, Terras Indígenas, áreas quilombolas, áreas produtivas). Isso favorece quem queira invadi-las para, mais tarde, demandar sua regularização.

É fácil criar um número de CAR, a tal ponto que existem cadastros dentro de Terras Indígenas, onde não deveria ser possível. Em estados como Pará e Mato Grosso, levantamentos concluíram que as áreas reivindicadas somam uma superfície maior do que o próprio território. Os números são fortes indicativos de grilagem. A convivência de poderes locais, a proximidade com lideranças políticas e a dificuldade em obter informações distribuídas por cartórios onde a digitalização avançou lentamente foram grandes facilitadores da grilagem.

O cenário de opacidade e indefinição é um incentivo à ocupação ilegal de terras em biomas como a Amazônia e o Cerrado, segundo Daniela Lerda, da Fundação Ford. Frequentemente, o avanço sobre os territórios foi apoiado pelos governos federal e estaduais, sobretudo a partir da década de 1950, e reforçado por lobbies em Brasília.

Ocupantes das terras têm conforto para especular e desmatar porque repetidas leis de regularização são apresentadas ao Congresso e, muitas delas, aprovadas, gerando uma expectativa de impunidade e anistia. Atualmente, o governo tenta aprovar a Lei nº 2.633,

que legalizaria propriedades irregulares com até seis módulos fiscais (na Amazônia, cada módulo fiscal pode corresponder a até 110 hectares). Essa lei substituiria a Medida Provisória 910, que caducou em maio.

Além disso, a fiscalização é insuficiente. “Sem uma fiscalização efetiva do governo, seja na emissão de licenças, seja no controle feito por órgãos públicos, é difícil atribuir responsabilidades quando algo errado é encontrado”, explica. “É preciso um setor público fortalecido, que possa verificar e punir quem está agindo ilegalmente. Mas justamente os servidores que estão buscando cumprir a lei sofrem sanções de seus superiores”, alerta.

Esse é um dos motivos pelos quais o problema do desmatamento na Amazônia, que chamou atenção de observadores internacionais e pôs o governo brasileiro em conflito com financiadores como a Alemanha e a Noruega, desenrola-se, também, como disputa em torno da coleta e divulgação de informações. O esforço de enfraquecer a atuação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) na divulgação de dados de desmatamento na Amazônia tem como pano de fundo a produção de dúvidas em relação às informações disponíveis, afirma Lerda. Ou seja, a instauração de uma atmosfera mais opaca e, conseqüentemente, mais hostil às pressões e à participação da sociedade civil. ☑

Neblina na floresta

Caixas-pretas na região amazônica levam riscos aos negócios, ao colocar o Brasil como vilão do desmatamento

POR SÉRGIO ADEODATO FOTO BRUNO KELLY/AMAZÔNIA REAL

Estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e da Human Rights Watch revela o custo de R\$ 5,6 milhões para o sistema de saúde devido à fumaça das queimadas

Uma cortina de fumaça tomava conta do amanhecer daquela terça-feira plúmbea de setembro em Manaus, a maior metrópole da Amazônia. O “nevoeiro” indicava mais do que a expansão das queimadas no interior da floresta e os impactos ao clima global, à biodiversidade e saúde respiratória de quem já convive no dia a dia com o drama da Covid-19. Em 2019, a poluição do fogo causou pelo menos → **2,2 mil internações** em toda a região, metade relativa a pessoas com 60 anos ou mais – números que, em meio à imensidão verde, expõem desafios ainda ocultos para a maior parte da sociedade.

Entre 1º e 8 de setembro de 2020, os focos de calor no Amazonas aumentaram 170% em relação ao mesmo período do ano passado, e por trás da nuvem de fumaça há uma Amazônia obscura a ser desvendada. Nela, a riqueza natural convive com a desigualdade social e o submundo da violência e da ilegalidade: grilagem de terras, conflitos fundiários, tráfico de drogas, animais e pessoas, desmatamento. Mas a crescente exposição global pela demanda da mitigação climática joga holofotes na escuridão da floresta. E a necessidade de abrir portas e janelas para entender e resolver os seus problemas – que na verdade são de todo o planeta – pode tornar a região fiel sinalizadora do movimento de governos e empresas em torno de um tema essencial à sustentabilidade: o da transparência.

Uma das principais caixas-pretas da maior floresta tropical do mundo está nos garimpos, ou seja, na cadeia do ouro, diamantes e outros minerais – ativo que chama atenção pela **valorização** como lastro de reservas cambiais dos países e investimento na paralisa econômica global, devido à Covid-19. Com um alerta: quem compra alianças de casamento ou aplica em fundos baseados na rentabilidade do que sai dos garimpos da Amazônia tem alta chance



A corrida do ouro move engrenagens de corrupção e violência, com fiscalização que chega a ser bizarra

➤ **A Associação Nacional do Ouro estima que pelo menos dois terços da produção brasileira seja ilegal**

➤ **A mineração desmatou em 2019 e 2020 mais do que a soma dos três anos anteriores, com liderança do Pará, segundo dados dos alertas do Deter/Inpe**

de financiar **impactos irreversíveis** à floresta, com morte de rios e danos à saúde e à biodiversidade pela poluição do mercúrio, associado a esquemas de contrabando.

OURO DE TOLO

A corrida do ouro move engrenagens da corrupção e violência onde muitas vezes impera a lei da selva, escondida pela realidade difusa do isolamento amazônico. Da origem na floresta ao mercado financeiro, indústrias de joias e exportações, o caminho do metal está aberto a processos de “lavagem” por meio de permissões falsas e outras operações fraudulentas. “Não há sistema de controle como em outros ativos, e a fiscalização chega a ser bizarra, com notas fiscais de papel”, afirma Ana Carolina Bragança, procuradora da República no Amazonas. “Já na primeira aquisição nesta cadeia, o ouro ganha aparência de legalidade”, revela.

Faltam dados confiáveis e o resultado, não raro, é a exploração em áreas não permitidas, em reservas ambientais e Terras Indígenas, por exemplo. “Precisamos avançar na rastreabilidade do ouro, até porque os problemas mancham a imagem do mercado minerário como um todo”, recomenda a procuradora, integrante do Grupo de Trabalho (GT) Amazônia Legal do Ministério Público Federal (MPF).

Ela lembra que o cenário atual de pressões comerciais é propício a mudanças vindas do mercado, em especial por parte de empresas interessadas em separar o joio do trigo e, assim, tirar vantagens na competição com a **ilegalidade**.

Por lei, a atividade requer a Permissão de Lavra Garimpeira, conferida pela Agência Nacional de Mineração (ANM); licenciamento ambiental pelo município, estado ou União, dependendo do porte do empreendimento; e notas fiscais emitidas pelas Distribuidoras de Títulos e Valores Minerários – representadas pelos postos de compra situados nos garimpos, de onde o ouro segue para o mercado.

A consequência da falta de controle é o

crescimento de conflitos com povos indígenas e tradicionais, em locais de potencial para extração. Nos últimos dez anos, a ANM registrou 656 processos minerários nesses territórios, com tendência de alta. Além dos Munduruku, no Pará, os pedidos se concentraram nas terras dos Kaxuyana e dos Kayapó, ambos também no Pará, e dos Yanomami, em Roraima e no Amazonas, segundo divulgado pela **Agência Pública**.

Os garimpeiros de hoje estão longe da imagem romântica do trabalho manual com bateia e peneira. Eles usam maquinário pesado, de maior capacidade destrutiva, para explorar o ouro primário, mais abaixo da superfície, pois acima dela as jazidas já se esgotaram. Basta ver a movimentação do porto de Itaituba (PA), no Rio Tapajós, segundo maior município brasileiro produtor de ouro, atrás de Paracatu (MG). A cidade do oeste paraense, na Rodovia Transamazônica, é conhecida por abrigar a maior revendedora de uma multinacional de retroescavadeiras, tratores e outros equipamentos, em parte financiados por bancos públicos e privados.

“Um movimento novo está ocorrendo na região: a confluência de interesses de garimpeiros, mineradoras, grandes comerciantes e agronegócio, que antes mantinham certa distância e hoje se sentem empoderados pelo discurso do governo federal”, constata Alfredo de Almeida, pesquisador da Universidade Federal do Amazonas. O projeto **Nova Cartografia Social da Amazônia**, coordenado por ele, mapeou a mineração e o garimpo em Terras Indígenas: a Amazônia é o epicentro, na esteira da diminuição da fiscalização ambiental sobre a **atividade**. “O País não toma pé do que está acontecendo e hoje a transparência é punida como crime por quem tem interesses contrários”, lamenta o pesquisador.

“O garimpo quer se legalizar, mas não assumir a responsabilidade decorrente disso”, concorda Sérgio Leitão, diretor-executivo do Instituto Escolhas, que enviou uma proposta à Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

para a garantia do lastro ambiental ao ouro brasileiro. Um levantamento de dados públicos, desenvolvido pela organização, inspirou campanha nas redes sociais dirigida a compradores: “Seus brincos dourados podem ser tão pesados quanto uma floresta. Consegue lidar com isso?”, dizia uma das mensagens.

A análise revelou os maiores arrecadadores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM), as concessões de lavras garimpeiras e os impactos econômicos e ambientais. Em 2020, até o fim de julho, foram exportadas 54,9 toneladas de minério de ouro (US\$ 2,5 bilhões), com crescimento de 30% em relação a janeiro.

NÓ DA MADEIRA

“Ter informação não é suficiente; é preciso utilizá-la”, observa Renato Morgado, coordenador do Programa de Integridade Socioambiental da Transparência Internacional Brasil, em recente *webinar* sobre o setor florestal. Para ele, o uso de dados serve não apenas ao controle e punição, mas como oportunidade de mercado, com a valorização de quem adota padrões sustentáveis.

Com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Acesso à Informação (2011), o Novo Código Florestal (2012) e a Política Nacional de Dados Abertos (2016), o Brasil, segundo Morgado, está bem municiado de marcos legais relacionados à transparência. “Mas há bases de dados não integradas ou totalmente disponíveis”, ressalva. Um dos problemas mais visíveis consiste no **controle da madeira** nativa: 75% da produção de toras do Pará e 44% do Mato Grosso é ilegal, ou seja, é lastreada por autorizações irregulares que esquentam o produto obtido de maneira predatória em terras públicas e outras áreas proibidas, segundo o Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex), mantido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

RASTREABILIDADE DA CARNE

A preocupação em desatar nós da transpa-

rência ocupa o centro do debate na pecuária – principal vetor de **desmatamento e emissões** de gases de efeito estufa. A rastreabilidade da carne requer acesso a dados completos da **Guia de Transporte Animal (GTA)**, inclusive para controle dos fornecedores indiretos dos frigoríficos, ainda desprovidos de controle seguro (*mais na reportagem à pág. 33*).

Há caminhos em testes no mercado. “Mas a prioridade deve ser o fomento do diálogo e transparência, que trazem luz a essa complexidade”, afirma Isabel Drigo, coordenadora de cadeias agropecuárias e florestais do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). “Sozinhos, os grandes frigoríficos não resolverão o problema do desmatamento pela pecuária”, adverte.

No projeto **Boi na Linha**, a ONG harmonizou protocolos e critérios para monitoramento e auditoria dos compromissos assumidos por frigoríficos de todos os portes que operam na Amazônia, de modo a não comprar de áreas desmatadas. A ideia é promover engajamento e melhores práticas, diminuindo impactos ambientais e sociais, como o trabalho análogo à escravidão.

O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Carne, firmado em 2009 junto ao MPF, abrange hoje 89 frigoríficos que compram gado na Amazônia, entre os 115 existentes na região, sem contar os do Acre. Dos signatários, 55% foram auditados. “Não adianta só assinar um papel e achar que a crise está resolvida”, completa a coordenadora, ao lembrar que a pressão internacional impacta principalmente o produto exportado, em especial para a Europa, e grande parte do desmatamento causado pela pecuária está associada a frigoríficos de menor porte que fornecem ao mercado interno.

NOVO CONSUMIDOR CHINÊS

O que acontece com os gigantes da carne, no entanto, resvala no mercado em geral. “Está surgindo um novo consumidor chinês, que vincula cada vez mais a saúde ao meio ambiente, após a Covid-19”, atesta Fa-

➤ **Dados do Banco Mundial indicam que o mundo perde US\$ 15 bilhões por ano em impostos que deixam de ser arrecadados devido à exploração ilegal de madeira**

➤ **Documento obrigatório para o trânsito interestadual de gado para abate, recria, engorda e reprodução, por exemplo**

O desmatamento afeta toda a economia. As medidas propostas pelos bancos precisam ser de curto prazo

➤ A iniciativa abrange também cacau com selo de origem amazônica e soja beneficiada por Pagamento por Serviços Ambientais

➤ Desde setembro de 2018, o sistema subsidiou a análise de 70 mil propostas de crédito pelo Banco da Amazônia, sendo que metade foi reprovada por problemas socioambientais

biola Zerbini, diretora regional da Tropical Forest Alliance (TFA). A organização iniciou → **rodadas de diálogo** entre Brasil e China sobre pecuária sustentável, envolvendo autoridades de governo, empresas exportadoras, bancos financiadores e ONGs.

O objetivo é construir um mapa de rotas baseado em acordos, para então se chegar a um *case* (projeto demonstrativo) bilateral em que rastreabilidade e intensificação produtiva são temas centrais. “O governo chinês tem demonstrado claramente o propósito de alimentar a população com segurança e critérios de sustentabilidade, e no mínimo separar o ilegal do legal”, afirma Zerbini.

“Tecnologias existem e com custo viável”, destaca Carlos Souza, diretor da empresa Terras, de Belém (PA), voltada a sistemas de imagens de satélite que apoiam bancos na análise de riscos para → **crédito rural** sem desmatamento. A tecnologia está sendo refinada para que produtores rurais obtenham facilmente comprovantes de conformidade ambiental no telefone celular, e possam abrir portas em mercados preocupados com a origem do gado.

Atualmente, segundo Souza, o aumento do desmate se deve mais a fatores especulativos do que produtivos, com ocupação de novas fronteiras em terras públicas e áreas protegidas. Tecnologias ágeis e precisas detectam o problema, mas há barreiras culturais, burocráticas e administrativas para maior escala do controle. “Instituições financeiras precisam internalizar essas ferramentas, porque o controle passará de nicho a obrigação, e será necessário disponibilizar informação segura sobre os compromissos para a sociedade.”

ENGAJAMENTO DOS BANCOS

A transparência sobre a origem do gado com desmatamento zero é prioridade na agenda proposta para a Amazônia pelos três maiores bancos privados brasileiros – Bradesco, Itaú e Santander –, diante dos riscos econômicos da imagem do País como vilão da mudança climática. Em setembro, a aliança entregou um manifesto com **dez propostas**

ao Conselho Nacional da Amazônia Legal e criou um grupo consultivo de especialistas para implementá-las – um sinal claro de que a preocupação saiu da bolha ambientalista e aterrissou no mundo financeiro.

“Estamos no epicentro das cadeias produtivas, da fazenda ao garimpo, e no que elas representam para o futuro dos nossos negócios”, disse Sérgio Rial, CEO do Santander, em recente seminário virtual sobre a iniciativa. Ele sublinhou: “São cadeias globais estratégicas e a Amazônia é a grande reguladora de possibilidades para o Brasil continuar líder no agronegócio”. Na visão do executivo, renovar a estrutura de coerção e fiscalização é urgente, porque hoje “a possibilidade de ganho com ouro, por exemplo, é muito maior do que o risco de ser preso”.

Karine Bueno, superintendente executiva de sustentabilidade do banco, explica que a transparência se dará por meio de devolutivas à sociedade e uso de dados públicos na gestão de riscos. No agronegócio, em expansão nas operações da empresa, foi construído um sistema de monitoramento 24 horas por satélite. “Com o compromisso público, a responsabilidade na execução aumenta”, enfatiza Bueno, informando que o plano conjunto dos bancos será pragmático.

Tão logo o anúncio ganhou eco na mídia, **reportagens** apontaram que instituições financeiras do Brasil e exterior destinaram R\$ 235 bilhões à criação e ao abate de gado na Amazônia, entre 2016 e abril de 2020, segundo estudo global do Forests and Finance (F&F).

“O desmatamento da Amazônia afeta toda a economia e as medidas agora propostas pelos bancos precisam ser de curto prazo para não prevalecer o discurso do Presidente da República, que já reflete na contínua expansão da grilagem em novas fronteiras”, alerta Paulo Barreto, pesquisador do Imazon.

RISCOS À IMAGEM

A iniciativa dos bancos soma-se a outros movimentos empresariais que fizeram périplo nos gabinetes do poder em Brasília, nos últimos

dois meses. “Defendemos uma agenda de Estado; uma chamada a ações pelo setor privado com metas, indicadores e resultados concretos na redução do desmatamento”, destaca Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). A organização divulgou **comunicado** ao Executivo, Legislativo e Judiciário em que ressalta a preocupação com o impacto da imagem negativa do Brasil nos negócios, devido às questões socioambientais da Amazônia. “Não dá para fazer mais do mesmo”, reforça Grossi.

Marcello Brito, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, integrante do movimento, vai além: “Somente o protagonismo do setor privado, pela capacidade de investimento, vai tirar a Amazônia do buraco, mas isso só acontecerá dentro de um processo de transparência que garanta a segurança jurídica”. Entre o legal e o ilegal, diz o empresário, existe o informal, “que é gigantesco na Amazônia e desfavorece investimentos”. Ele pergunta: “Quem faz a coisa correta está querendo esconder o quê?”.

Em igual caminho, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, formada por mais de 300 representantes do agronegócio, setor financeiro, sociedade civil e academia, entregou **documento** ao governo federal com → **seis propostas** para a queda rápida do desmatamento, e uma delas pede “total transparência e eficiência às autorizações de supressão da vegetação”.

Na Amazônia, há uma peculiaridade marcante: “O paradoxo entre a clareza dos dados territoriais sobre ocupação e uso do solo, que é um movimento inexorável devido às imagens de satélite, e as obscuras transações que acontecem na região, impactadas por uma grande nebulosidade de mentiras e falsas verdades”, avalia Roberto Silva Waack, presidente do conselho do Instituto Arapyaú, e integrante de **Uma Concertação pela Amazônia**. A iniciativa articula mais de 100 lideranças da academia, sociedade civil e iniciativa privada, visando a construção de sinapses entre diferentes pontos de vista e o engajamento

fundamentado em informação de qualidade.

De acordo com ele, o futuro da região depende dessa abertura de caixas-pretas e a solução é basicamente política. Dessa forma, “o caminho está no envolvimento da sociedade pelo poder de voto, já agora nas eleições municipais, e pelo sentimento coletivo de desonra face à destruição da floresta”, completa Waack, para quem a pressão comercial, na forma de boicote, pode ser uma armadilha.

NÃO FALTA TECNOLOGIA, MAS AÇÃO

Hoje em dia, não há como esconder problemas diante dos avanços na inteligência artificial e dos inúmeros pesquisadores abastecidos por imagens de satélite mundo afora – sem falar do poder de replicação das redes sociais. “O desafio é muito mais de ação do que de informação”, atesta Tasso Azevedo, coordenador do → **MapBiomias**.

Barreiras do → **Cadastro Ambiental Rural** (CAR) para acesso a dados de identificação dos proprietários, por exemplo, não impedem o poder público e a iniciativa privada de agir. “Não é preciso esperar uma área ser embargada para reter crédito a quem desmata”, ilustra Azevedo, ao lembrar que qualquer um pode facilmente receber relatórios de imagem de satélite sobre desmatamento, seja onde for. “Há um processo político em curso de dificultar esse monitoramento, mas, entre os seis sistemas existentes no País, o único sem acesso aberto é o do Ministério da Defesa”, explica.

Enquanto, há uma década, o Ibama recebia 1 mil relatórios por ano baseados em alertas dos sistemas de monitoramento, agora são 100 mil, o que representou 2 milhões de hectares de desmatamento, no ano passado. No entanto, o dado de quantos efetivamente resultaram em medidas práticas de fiscalização só é disponibilizado pelo governo federal via Lei de Acesso à Informação.

Estudo realizado pelo Imafloresta mostrou melhora na abertura de dados em clima, floresta e agricultura entre 2017 e 2020, no Brasil. “De que adianta isso, se na prática houve redução da fiscalização?”, questiona Leonar-

➤ As recomendações vão da retomada da fiscalização à destinação de 10 milhões de hectares à proteção e uso sustentável e concessão de financiamentos sob critérios socioambientais

➤ A plataforma reúne perfis de 65 instituições para emissão de relatórios de desmatamento, com um total de 600 usuários cadastrados, como órgãos de controle, governos e empresas

➤ Registro público eletrônico nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, que integra informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes à situação de áreas protegidas como Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal compo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento

Apesar de haver dados abertos, públicos e gratuitos, é difícil traduzi-los para a ampla sociedade e ainda se vê um ambiente de guerra entre informação e desinformação

do Sobral, gerente de certificação florestal da ONG. Faltam dados transparentes sobre ações de controle. O que existem, diz, são apenas “indícios sobre o seu enfraquecimento, como o corte de verbas e a desconstrução do setor”. A reportagem da PÁGINA22 não obteve retorno do Conselho Nacional da Amazônia para a questão até o fechamento desta edição.

SÓ NÃO VÊ QUEM NÃO QUER

Não há desculpa tecnológica para não agir, embora tanto a Vice-Presidência da República como o Ministério do Meio Ambiente insistam no projeto de comprar nova tecnologia para monitorar o desmatamento.

Funcionários do Ibama de longa experiência na fiscalização da Amazônia, que preferiram não se identificar, questionam: “Para que um outro sistema, se o problema é não querer enxergar?”. Reduzir o desmatamento, segundo explicam, exige vontade política, estrutura de coerção e inteligência, e duas estratégias que consideram fundamentais: “descapitalizar” e “dissuadir” futuros infratores com exposição das operações de campo na mídia.

Apesar da existência de bases de dados abertos, públicos e gratuitos, é difícil traduzi-los para a sociedade como um todo – e, junto a essa complexidade, se vê um ambiente de guerra entre informação e desinformação.

Fake news, fatos distorcidos e outras artimanhas de marketing povoam comunicados oficiais, como no episódio do transporte de garimpeiros ilegais em avião da Força Aérea Brasileira para reunião no Ministério do Meio Ambiente em Brasília, ou então na divulgação de vídeos que mostravam o mico-leão-dourado para provar que o País protege a Amazônia, enquanto essa espécie de primata só habita a Mata Atlântica.

O aumento do desmatamento e das queimadas, que neste ano assolaram não somente a Amazônia como, principalmente, o Pantanal, coloca em xeque o acordo União Europeia e Mercosul, que poderia trazer investimentos de US\$ 580 bilhões, em dez anos, para o agronegócio brasileiro. Junto com o esforço de mostrar ao mundo que “o Brasil é o país que mais protege florestas” vieram queixas a pesquisadores do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) pelas informações da destruição ambiental. Dados que o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, qualificou como vazados, embora sejam públicos e abertos, disponíveis a qualquer brasileiro na Internet.

O acesso é fácil e rápido, a apenas um clique, na plataforma do Programa Queimadas, do Inpe. Em 2020, até 21 de setembro, o Brasil havia registrado exatos 147.279 focos de calor, 48,7% na Amazônia, a maior parte no Mato Grosso. “Bastam três dias sem chuva em Manaus para a fumaça da mata queimada aparecer e a garganta arder”, conta o geógrafo Carlos Durigan, diretor do WCS Brasil, ONG voltada à conservação e manejo de recursos naturais, sediada na capital amazônica. Estudo da Nasa mostrou que 65% das áreas com focos de queimada este ano foram desmatadas em maio e junho de 2020.

A mudança climática agrava o fenômeno. Em pouco tempo, a poeira preta da fuligem cobre móveis e objetos das casas, mas prevalece a ideologia da negação. “Quem reclama das queimadas é acusado de jogar contra o País”, diz o geógrafo, há 26 anos na Amazônia. Um dia, quando a neblina passar e as mentes se abrirem, a espécie humana enfim verá a importância do momento que vivemos. ¹²²

Pistas de uma transformação

POR **ANDREA VIALLI** FOTO **EGOR VIKHREV/UNSPLASH**

Investidores, consumidores e empresas dão sinais de que as mudanças sistêmicas rumo à sustentabilidade estão em curso. O desafio ainda é dar escala e celeridade a este movimento



➤ **Sigla em inglês para ambiental, social e governança, critérios aplicáveis às decisões de investimentos**

➤ **Índice de Sustentabilidade Empresarial, carteira de ações criada pela Bovespa, hoje B3, para direcionar investimentos para empresas comprometidas com uma gestão sustentável**

➤ **Disclosure significa tornar algo conhecido. Nos negócios, refere-se à divulgação, por exemplo, de um risco que pode ser relevante para o público**

➤ **Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima, na sigla em inglês. Padrão criado pelo Conselho de Estabilidade Financeira, ligado ao G20, para quantificar os riscos e oportunidades associados à mudança climática para os negócios. O entendimento da força-tarefa é de que as mudanças do clima ameaçam a estabilidade do sistema financeiro global**

Mercado pela pandemia da Covid-19, o ano de 2020 frustrou tentativas de planejamento por parte de empresas e organizações. Entre demissões e *home office*, a preocupação com a sobrevivência ocupou corações e mentes, especialmente nos meses mais delicados da quarentena e do isolamento social. Ao mesmo tempo, pesquisas diversas captaram o aumento do questionamento, entre os cidadãos, sobre seu papel no mundo, as relações familiares, suas escolhas de consumo e o impacto da presença humana no planeta.

Ainda paira a dúvida se a pandemia transformará de fato comportamentos humanos e se isso se refletirá em mudanças sistêmicas rumo à maior transparência nas informações que chegam aos cidadãos e a padrões de produção mais sustentáveis por parte das companhias. Mas há pistas que apontam para uma transformação em curso, seja no campo dos investimentos, seja do consumo, seja nas estratégias empresariais.

Nos investimentos, este foi o ano em que mais se falou em → **ESG** no País, mesmo o conceito tendo sido lançado oficialmente há mais de uma década, com a criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (→ **ISE**), em 2005.

No consumo, uma sondagem da consultoria Accenture com 3 mil consumidores em 15 países, lançada em maio, mostrou que 64% dos entrevistados afirmaram estar mais focados na redução do desperdício de alimentos e que manterão esse comportamento no pós-pandemia. Do total, 45% afirmaram fazer escolhas sustentáveis em suas compras e que também manterão esse comportamento.

Nas estratégias empresariais, há exemplos vindo tanto de pequenas empresas, cada vez mais atentas às demandas do consumidor por sustentabilidade, quanto de conglomerados ligados à cadeia da carne bovina, que avançaram em compromissos para aumentar a rastreabilidade de fornecedores indiretos e dar → **disclosure** dessas informações.

“Estamos vivenciando outro padrão de consumo e de comportamento, com a régua mais alta. Tenho participado de muitas conversas sobre ESG, e vejo entrar no mercado um investidor que acha relevante tudo isso de que estamos falando. A geração atual quer saber de onde vem a carne, se causa desmatamento,

se o alimento tem muito sódio”, diz Fábio Colletti Barbosa, sócio da Gávea Investimentos e membro do conselho de grandes empresas, como Natura, Itaú Unibanco e Hering.

Como ex-presidente do Banco Real, depois adquirido pelo grupo espanhol Santander, Barbosa teve papel relevante em trazer inovações em sustentabilidade para o setor bancário – como o Fundo Ethical, de 2001, primeiro fundo de investimentos com temática ESG lançado por um banco privado; e a adoção de análise de risco socioambiental na concessão de crédito.

Em *webinar* sobre critérios ESG e risco financeiro realizado pelo escritório Veirano Advogados, de São Paulo, Barbosa relembrou casos emblemáticos dos primórdios do ESG no Brasil. Primeiramente, o banco começou a restringir crédito para empresas que não tinham boas práticas, como uma madeireira no Paraná que estava desmatando a Mata Atlântica além do permitido. No segundo momento, conta o executivo, a ideia era agir de forma mais educativa, ajudando as empresas a se adequarem a novos padrões. “Outro caso foi de uma empresa do Ceará que estava praticando pesca predatória do camarão. Em vez de cortar o crédito da empresa, o banco financiou a contratação de um oceanógrafo que ensinou a empresa a trabalhar de forma sustentável”, diz Barbosa.

Com essas práticas, foram surgindo clientes que perceberam que a então chamada responsabilidade socioambiental poderia ser um diferencial competitivo na hora de pedir um empréstimo. “Quando uma empresa que produzia madeira certificada no Pará procurou o banco para fazer negócios, descobrimos que havia um nicho a ser explorado”, acrescenta o ex-presidente do Banco Real.

Chamado de “banqueiro verde” e “abraçador de árvores”, Barbosa e suas equipes acabaram antecipando tendências que chegariam, enfim, a ser postuladas pelo regulador. No início de setembro, o Banco Central do Brasil anunciou que as instituições financeiras terão de reportar seus riscos e oportunidades associados à mudança climática nos moldes da → **TCFD**, e lançará uma consulta pública sobre o tema no ano que vem, com adoção mandatória a partir de 2022.

O Bacen também propôs a criação de uma espécie de cadastro positivo verde para dire-



FOTO: EV/UNSPASH

cionar o crédito rural para práticas sustentáveis no campo. A ideia é tanto reforçar o veto a produtores em desconformidade ambiental quanto premiar aqueles que possuem ou querem adotar práticas mais sustentáveis. A medida deve abranger todo tipo de crédito rural (custeio e investimento), um mercado anual da ordem de mais de R\$ 200 bilhões em mais de 2 milhões de operações.

O “tsunami” ESG que está varrendo o universo dos negócios hoje é resultado não apenas da pandemia, mas de um processo que já vinha norteando os investidores mundo afora, com o assunto em pauta no Fórum Econômico de Davos, a TCFD, as iniciativas empresariais para reduzir emissões e combater a mudança do clima, e as cartas de Larry Fink, CEO da BlackRock, aos investidores, responsáveis por ditar tendências de mercado, com ênfase na sustentabilidade. A BlackRock é a maior gestora de investimentos do mundo, com US\$ 7 trilhões em ativos.

No Brasil, embora várias gestoras de ativos e bancos tenham lançado produtos com viés ESG em anos anteriores (muitos deles replicando a carteira do ISE), o tema estava restrito a um nicho. Mas a pressão global movimentou o mercado no último ano: muitos fundos perceberam que já não conseguiam captar recursos no exterior sem a adoção de critérios ESG e passaram a incluir o tema na agenda (*mais sobre ESG na entrevista à pág. 36*).

A XP Investimentos, uma das gestoras de maior visibilidade atualmente, navega nessa direção. Este ano, estruturou sua área de *sustainable wealth* – expressão utilizada pela indústria de fundos internacional, e que significa literalmente “riqueza sustentável” –, lançou seus primeiros três fundos de investimentos sustentáveis e pretende alocar R\$ 100 milhões em capital-semente para desenvolver essa indústria no País.

Segundo Marcela Ungaretti, analista ESG da XP, o interesse cada vez maior pelos temas sociais, ambientais e de governança tem transformado rapidamente a indústria de investimentos no mundo todo e é um indício do que está por vir no Brasil. “A pandemia do coronavírus agiu como um catalisador e vemos razões estruturais pelas quais a participação dos investimentos ESG continuará ganhando força no Brasil. Em nossa visão, as empresas que não se adaptarem a esse novo cenário ficarão para trás”, diz a analista.

O apetite do mercado por informações ESG também pressiona as empresas para que façam o *disclosure* dessas informações, de modo mais transparente do que o que é habitualmente relatado nos relatórios de sustentabilidade das companhias.

O ato de consumir de forma mais sustentável também tende a ser um hábito mais incorporado durante e após a pandemia, como captam diferentes pesquisas de mercado. “Apesar

FORÇA-TAREFA "A adoção da TCFD pelos bancos a partir de 2022 vai provocar um efeito cascata no sistema financeiro"

Nesta entrevista, o gerente de relacionamento do Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês) no Brasil, Marcelo Seraphim, falou sobre a "explosão" do conceito ESG, a preocupação dos investidores com a Amazônia e a necessidade de aumentar a transparência nas informações sobre o clima. Os PRI constituem uma rede internacional de investidores apoiada pelas Nações Unidas para impulsionar a sustentabilidade nos investimentos. Criada em 2006, conta com mais de 3.200 membros em todo o mundo, que representam US\$ 103 trilhões em ativos sob gestão.

Em 2020, o tema ESG está muito presente na mídia, com muitas matérias abordando o assunto e gestores de recursos lançando fundos com a temática. O mercado brasileiro acordou para o tema?

O mercado brasileiro reflete uma tendência global do aumento de conscientização sobre o tema. Mas, mais recentemente, os investidores brasileiros têm percebido que administrar os fatores ESG é um instrumento poderoso de gestão de riscos. Diversos fatores impulsionaram isso: primeiro, o senso de urgência que existe hoje no mundo com relação à mudança climática e à necessidade de fazermos uma transição rápida para a economia de baixo carbono. Um segundo fator foi a responsabilidade das empresas perante tragédias como as que ocorreram em Mariana e Brumadinho, que obrigaram uma multinacional brasileira a esclarecer a diferentes atores (governo, acionistas, sociedade) sobre as causas e medidas tomadas para remediar os impactos sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que tinha de gerenciar os impactos financeiros em suas operações e nos valores dos ativos. Um terceiro fator que influenciou esse despertar do investidor brasileiro para o tema foi o aumento do desmatamento, principalmente na Amazônia. Outro divisor de águas foi a carta da BlackRock aos seus acionistas, que anunciou medidas de descarbonização do portfólio e, mais recentemente, votou contra a reeleição de conselheiros em mais de 50 empresas, por não concordar com o desempenho delas no gerenciamento de questões ligadas à mudança climática.

Como a preocupação com a devastação da Amazônia pressiona essa mudança? Em 2019, um comunicado do PRI enviado ao governo gerou bastante repercussão.

O desmatamento na Amazônia envolve diversas questões. Se considerarmos que o discurso mais ideológico é um forte componente de parte da equipe do governo atual, o assunto fica ainda mais complexo. No ano passado, o PRI coordenou uma manifestação de investidores conclamando o setor privado a implementar mecanismos de monitoramento em suas cadeias, para diminuir os riscos. Este ano, um grupo de quase 40 investidores enviou ao governo brasileiro uma carta com uma lista de pontos críticos para que seus investimentos não fiquem expostos a riscos reputacionais, operacionais e até legais. O setor privado tem evoluído. No entanto, o governo brasileiro precisa fazer cumprir a lei e recuperar a capacidade operacional dos órgãos de fiscalização no combate ao desmatamento.

A tarefa de engajar investidores nas questões de sustentabilidade está avançando? Quais são os progressos?

Sim, sem dúvida. O número de eventos virtuais ligados às questões ESG desde o início da pandemia é um indicativo. Destaco o aumento do número de signatários do PRI no Brasil, de 20% ao ano nos últimos dois anos (devemos fechar o ano com mais de 70 signatários) e a maior oferta de produtos financeiros sustentáveis, desde *green bonds* ao investidor institucional até fundos ESG ao cliente do varejo. Entre os signatários do PRI, há um aumento da exigência da divulgação dos impactos financeiros relacionados ao clima, alinhada à TCFD [Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima]. Isso força o signatário a incluir essa questão nos seus processos de análise. O mesmo se dá às questões de impacto e contribuição com os ODS. Destaco também o anúncio importantíssimo do Banco Central em 8 de setembro que, entre outras medidas, prevê a obrigatoriedade da adoção da TCFD pelos bancos a partir de 2022. Isso vai provocar um efeito cascata no sistema financeiro como um todo, aumentando ainda mais o engajamento do investidor.

"A pandemia agiu como um catalisador. Empresas que não se adaptarem a esse novo cenário ficarão para trás"

de ainda não ser possível prever claramente o aumento da consciência de consumo decorrente da pandemia, o que se observa é uma aceleração da tendência do consumo consciente, que exclui excessos e prioriza o que é essencial", diz Larissa Kuroki, coordenadora de conteúdos e metodologias do Akatu.

O isolamento social fez ainda com que as pessoas passassem mais tempo em casa, observando de modo mais intenso o impacto do seu consumo por meio da geração de resíduos, compra de alimentos, uso de energia e água. Isso foi positivo para o consumo consciente, pois os consumidores passaram a buscar maneiras de economizar em todos esses aspectos para não sofrer no final do mês com contas de água e luz mais altas, por exemplo – oportunidade para incentivar as pessoas a manterem tais práticas para além da pandemia, observa Kuroki.

Outras mudanças que levariam décadas para ser implementadas naturalmente tiveram de ser adotadas no susto – é o caso do *home office*, rechaçado por muitos empregadores, que agora são aderentes à prática. Só na capital paulista, o fechamento de estabelecimentos na quarentena e a adoção do escritório em casa levou a uma redução de 50% das emissões de gases de efeito estufa nos meses de março e abril, de acordo com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

O Akatu, por meio de estudos, monitora o panorama do consumo consciente no Brasil desde 2002. A última pesquisa, de 2018, entrevistou 1.090 pessoas de 12 regiões do País e avaliou o quanto algumas atitudes fazem parte da rotina dos entrevistados e seus hábitos de compra, dividindo o grau de consciência dos brasileiros em quatro perfis: indiferente, iniciante, engajado e consciente.

Segundo Kuroki, os percentuais de consu-

midores mais conscientes se mantiveram relativamente estáveis ao longo dos anos. Mas, de 2012 para 2018, houve aumento de 32% para 38% na parcela dos iniciantes: são aqueles consumidores que aderem a comportamentos que trazem economia clara e no curto prazo e encontram barreiras na mudança de hábitos, além de desconfiarem das informações contidas nos produtos.

Ainda segundo a pesquisa, 68% dos brasileiros dizem já ter ouvido falar em sustentabilidade, mas as principais barreiras para a adoção dessas práticas pelos consumidores são a necessidade de esforço para a mudança de hábitos e a percepção de que os produtos mais sustentáveis são mais caros e difíceis de encontrar no comércio. "É preciso uma mudança de *mindset* do consumidor para que este passe a acreditar que suas ações têm relevância. Assim, qualquer mudança de comportamento visando menor impacto, se praticada por um grupo de pessoas, durante certo período de tempo, tem o potencial de causar enorme impacto positivo", diz a coordenadora de conteúdos e metodologias do Akatu.

O nicho dos engajados e conscientes, que somam 24% dos consumidores brasileiros, segundo o Akatu, é o público-alvo de empresas atentas a esse movimento. A pequena Insecta Shoes, marca de sapatos e acessórios veganos fundada em 2015, mira esse consumidor mais engajado, mas que também busca *design* e informação de moda, e adota ações de transparência (*mais no quadro à página 38*).

Passar de uma ação orientada pela gestão do risco comercial e de reputação, postura mais reativa, para uma gestão baseada na oportunidade gerada pelas demandas do consumo sustentável, tornou-se o grande desafio para as empresas. Na cadeia de pro-

dução da carne bovina, por exemplo, grandes frigoríficos têm sido cada vez mais pressionados por investidores, redes do varejo e consumidores a adotar medidas de rastreabilidade para mapear suas cadeias de fornecimento e evitar que suas marcas estejam associadas ao desmatamento da Amazônia e do Cerrado e ao trabalho análogo ao escravo.

Esse movimento, fruto de um Termo de Ajustamento de Conduta (→ TAC) assinado em 2009 entre o Ministério Público Federal e frigoríficos que atuam na Amazônia Legal, permitiu avanços no mapeamento da cadeia de fornecedores diretos pelos principais frigoríficos que compram gado da região – caso da Marfrig, da Minerva Foods e da JBS. Mas ainda há lacunas na rastreabilidade dos fornecedores indiretos, especialmente nas fazendas de cria, que produzem os bezerros, e que são o primeiro elo da cadeia – depois esse

gado será vendido para as fazendas que fazem a recria e engorda e fornecem diretamente para os frigoríficos.

A Marfrig anunciou, em julho, um conjunto de compromissos e metas, acompanhado de um plano de execução, para os biomas Amazônia e Cerrado, em uma linha do tempo que vai até 2030. Os compromissos estão centrados em quatro pilares (rastreabilidade, inclusão, desmatamento zero e transparência) e pressupõem um trabalho em rede, em parcerias com setor privado, academia, ONGs, governo e Ministério Público, além de plataformas transparentes para que a sociedade possa acompanhar o ritmo de cumprimento das metas.

Desde o TAC de 2009 a empresa estruturou um modelo de georreferenciamento e monitoramento via satélite que permite acompanhar 26 milhões de hectares na Amazônia.

➤ O Sistema B é um movimento global, nascido nos EUA, que busca redefinir o conceito de sucesso nos negócios e identificar empresas que utilizem seu poder de mercado para solucionar questões sociais e ambientais. No Brasil, são 163 empresas B certificadas, de todos os portes

"Qualquer pequena mudança de comportamento, se praticada por um grupo de pessoas, durante certo período de tempo, tem o potencial de causar enorme impacto positivo"

Agora, uma das metas é avançar no monitoramento dos fornecedores indiretos, ponto crítico da cadeia da carne. Uma das ferramentas para isso são os mapas de risco, que cruzam dados de vegetação com os fornecedores de cria e recria, permitindo identificar as áreas mais suscetíveis ao desmatamento.

Até o fim de setembro, a empresa pretende ter o mapa de cria funcionando para os biomas Cerrado e Amazônia, fruto de uma parceria com a empresa Agroicone. "Só na Amazônia, temos 16 mil fornecedores, sendo que 3.500 estão bloqueados por inconformidades. Queremos levar para esses bolsões de maior risco o conhecimento e o engajamento dos produtores para melhores práticas", diz Paulo Pianez, diretor de sustentabilidade da Marfrig.

A estratégia da Marfrig, explica o executivo, é não se limitar a bloquear os fornecedores que estão na ilegalidade, mas também promover a inclusão desses produtores na cadeia, com assistência técnica e conhecimento para que adequem sua situação. Com isso, a meta da empresa é eliminar o desmatamento ao longo de sua cadeia no bioma amazônico até 2025 e estender o geomonitoramento via satélite para o Cerrado, de modo a alcançar o desmatamento zero nos dois biomas até 2030.

A incorporação de novas tecnologias de rastreabilidade dos rebanhos também é a estratégia empregada pela Minerva Foods para mapear e monitorar mais de 9 mil fornecedores na Amazônia, espalhados por uma área de 9 milhões de hectares – em 2019, 2.400 deles foram bloqueados por não estar em conformidade ambiental, trabalhista e fundiária.

Com 80% da produção voltada à exportação e capital em *private equity* da Interna-

tional Finance Corporation (IFC), braço para investimentos privados do Banco Mundial, a companhia sente o aumento da pressão por padrões ESG oriunda dos mercados nos últimos oito anos. "De 2012 para cá, a empresa investiu continuamente para ter o melhor sistema de monitoramento de fornecedores diretos, condição exigida pelos investidores. Agora o desafio é monitorar os indiretos com a mesma qualidade", diz Tarciano Custodio, diretor de sustentabilidade da Minerva Foods.

Segundo o executivo, os três primeiros anos desde a assinatura do TAC foram marcados pela indisponibilidade de ferramentas para rastrear a cadeia da pecuária bovina na Amazônia, situação que foi corrigida com o monitoramento do sistema → Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e com a inscrição dos produtores no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A produtividade do gado também evoluiu no período: em 2019, 80% da produção da Minerva foi originada de sistemas de intensificação da produção, com média de abate de 30 meses – em 2014, a média era de 36 meses, o que faz diferença na pegada de carbono do gado.

Apesar desses avanços, Custodio afirma que o setor ainda tem o desafio de avançar como um todo nas ferramentas de rastreabilidade, especialmente os frigoríficos de pequeno e médio porte, cuja produção está voltada para o mercado doméstico. "Hoje, a Minerva Foods representa 4% do abate do gado na Amazônia. Se juntarmos os três principais frigoríficos que atuam na região, é 30%. O restante da cadeia permanece sem monitoramento e rastreabilidade", diz. ZZ

NA PEGADA DA TRANSPARÊNCIA

A história da Insecta começou com a paixão da empreendedora Barbara Mattivy por roupas antigas e lojas de segunda mão. Ela tinha um brechó online, mas não sabia o que fazer com algumas peças que precisavam de ajustes, até que uma amiga designer de calçados propôs utilizar aqueles tecidos para a produção de uma linha de sapatos, colocando em prática o conceito do *upcycling*, que agrega valor ao produto reciclado. Hoje, o carro-chefe da empresa são produtos feitos com a reutilização de roupas *vintage*, garimpadas em diferentes locais, e tecido ecológico feito com PET reciclado. O solado é feito de borracha reaproveitada e o restante dos materiais utilizados são sobras da indústria calçadista.

"A moda descarta uma quantidade enorme de materiais todo ano, então reaproveitar e ressignificar esses itens é uma obrigação para mim, no papel de empreendedora. Desde o início da empresa, tenho a missão de causar um impacto socioambiental o mais positivo possível, e é para isso que trabalhamos", diz Mattivy. Além do uso de materiais, a Insecta Shoes também inovou ao dar transparência para os custos envolvidos na fabricação de seus calçados, expostos no site da marca – lá, é possível saber quanto cada item (custo de produção, margem de lucro, impostos, entre outros) pesa no preço final do produto.

Esse nível de transparência, raro no mercado brasileiro, agrada o consumidor da marca, que sabe exatamente o que está pagando. Também promove, em seu site e mídias sociais, conteúdos voltados a espalhar um estilo de vida mais sustentável.

De acordo com Mattivy, ser transparente nunca foi um problema para a empresa, hoje certificada como empresa do → Sistema B, com duas lojas físicas, um e-commerce, uma equipe de 11 pessoas no Brasil e duas no Canadá, onde começou a primeira operação internacional. "Os problemas geralmente acontecem quando as empresas não são transparentes", diz. "Nosso cliente tem consciência ambiental e valoriza comprar de uma marca que compartilha dos seus valores e, além disso, tem orgulho de usar um produto que é esteticamente do seu gosto e, ao mesmo tempo, não contribui para o impacto negativo da indústria da moda", completa.

➤ O Prodes realiza o monitoramento por satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo para o estabelecimento de políticas públicas



Veja **através**

A pandemia tirou o véu de muita coisa – deu mais visibilidade às desigualdades, jogou luz sobre o essencial, escancarou o caráter dos governantes. A solidariedade também ganhou espaço. Um ação articulada chamada [Fotos Pró Rio](#), finalizada em outubro, arrecadou recursos para comunidades cariocas e também para artistas e fotógrafos em dificuldade por conta da Covid-19.

O coletivo Poro – Intervenções Urbanas e Ações Efêmeras participou da campanha doando os recursos obtidos com a venda da foto “Atravesse as aparências”. A fotografia resulta da série [“Faixas de Antissinalização”](#), trabalho realizado em Belo Horizonte, Fortaleza, São Paulo, Brasília, Londrina e no Rio de Janeiro. Apontar sutilezas, criar imagens poéticas e trazer à tona aspectos das cidades que se tornam invisíveis pela vida acelerada nos grandes centros urbanos são algumas das provocações do Poro desde 2002. – por **Amália Safatle**